

Iniciativa da Grande Muralha Verde



Moçambique

Plano de Ação Nacional (PAN)

8 de Outubro de 2023

TABELA DE CONTEÚDO

Lista de siglas	iv
1. Contexto geral do país	1
1.1 Geografia	1
1.2 População	1
1.3 Economia	2
1.4 Clima	3
1.5 Meio ambiente e biodiversidade	3
1.6 Processos e impulsionadores da degradação do solo	4
1.7 Áreas áridas e semiáridas e secas	8
2. Compromisso político internacional e regional	12
3. Prioridades de Moçambique	13
4. Iniciativa da Grande Muralha Verde da SADC	15
4.1 Objectivos gerais da SADC	15
4.2 Missão e visão da SADC	15
4.3 Pilares da SADC e áreas de enfoque estratégico (pilares de investimento da UNCCD) ...	16
5. Plano de Ação Nacional	17
5.1 Abordagem metodológica	17
5.2 Análise de Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças (SWOT)	18
5.3 Visão e missão de Moçambique para o GGW	20
5.4 Objectivos gerais e específicos até 2030	20
5.5 Resultados e produtos relevantes para Moçambique	21
5.6 Quadro de resultados do PAN	22
5.7 Riscos e gestão	38
5.9 Mobilização de recursos	39
5.10 Monitoramento e avaliação	40
6. Arranjos Institucionais para o NAP GGWI	47
7. Referências	49
8. Anexos	52
Anexo 1 : Pilares do GGW da SADC, resultados, resultados e correspondência com áreas prioritárias da UNCCD//pilares de investimento	53
Anexo 2: Ideias de Projectos de Moçambique para a UNCCD	58
Anexo 3: Revisão de documentos e políticas em conformidade com os Resultados	62
Anexo 4: Programas e projectos implementados em conformidade com os Resultados	82

TABELA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1: Moçambique, localização geográfica	1
Mapa 2: Vegetação na ecorregião de Moçambique	4
Tabela 1. Distribuição dos distritos áridos e semiáridos por província. (Fonte: Lista dos distritos semiáridos: INGD 2023)	
	10
Tabela 2. Resultados e produtos até 2030	21
Tabela 3: Quadro de resultados do PAN de Moçambique	23
Tabela 4: Resumo do orçamento do PAN	36
Tabela 5: Risco e gestão	38
Tabela 6. Estrutura de monitoramento e avaliação	41
Tabela 7: Arranjo institucional proposto para a implementação do PAN	47
Anexo 1 : Pilares do GGW da SADC, resultados, resultados e correspondência com áreas prioritárias da UNCCD//pilares de investimento	
	53
Anexo 2: Ideias de Projectos de Moçambique para a UNCCD	58
Anexo 3: Revisão de documentos e políticas em conformidade com os Resultados	62
Anexo 4: Programas e projectos implementados em conformidade com os Resultados	82

LISTA DE SIGLAS

BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
Banco Mundial	Banco Mundial
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CNUCD	Convenção das Nações Unidas para Combater a Desertificação
CQNUMC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
DARIDAS	Direcção das Zonas Áridas e Semi Áridas
DINAB	Direcção Nacional do Ambiente
DINAF	Direcção Nacional de Florestas
DLDD	Desertificação, Degradação de Terras e Seca
DMC	Direcção Nacional de Mudanças Climáticas
DNTDT	Direcção Nacional de Terras e Desenvolvimento Territorial
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FCPF	Mecanismo de Parceria para Carbono Florestal
FLR	Restauração de paisagens florestais
FNDS	Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável
FNF	Fórum Nacional de Florestas
GGWI	Iniciativa da Grande Muralha Verde
GLADA	Avaliação Global da Degradação e Melhoria do Solo
GNL	Gás Natural Liquefeito
IES	Instituição de Ensino Superior
IIAM	Instituto de Investigação Agrária de Moçambique
INGC/INGD	Instituto Nacional de Gestão de Desastres
LDN	Neutralidade da degradação do solo
LULCC	Mudança no Uso e Cobertura do Solo
MADER	Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural
MEA	Acordos Ambientais Multilaterais
MICOA	Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental
MITADER	Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural
MRV	Monitoramento, Relatórios e Verificação
MTA	Ministério da Terra e Ambiente
NAP	Plano de Acção Nacional
ONG	Organização Não Governamental
OSC	Organização da Sociedade Civil
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
REDD+	Redução das emissões provenientes do desmatamento e da degradação florestal
ROAM	Metodologia de avaliação de oportunidades de restauração
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SFM	Gestão Florestal Sustentável
SLM	Gestão Sustentável de Terras
SWOT	Forças, fraquezas, oportunidades e ameaças
UICN	União Internacional para a Conservação e a Natureza
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

1. CONTEXTO GERAL DO PAÍS

1.1 Geografia

Moçambique é o 35º maior país do mundo com uma superfície total de 801.537 km² (área terrestre: 799.380 km²). Está localizado na costa sudeste de África e faz fronteira com E-Swatini a sul, África do Sul a sudoeste, Zimbabue a oeste, Zâmbia e Malawi a noroeste, Tanzânia a norte e o Oceano Índico a leste. Moçambique situa-se entre as latitudes 10° e 27°S e as longitudes 30° e 41°E. O país está dividido em duas regiões topográficas: (i) a norte do Zambeze, a estreita faixa costeira dá lugar a colinas interiores e planaltos baixos. As terras altas escarpadas ficam mais a oeste; incluem o planalto do Niassa, o planalto de Namuli ou Shire, o planalto de Angónia, o planalto de Tete e o planalto de Makonde, coberto por florestas de miombo; (ii) a sul do Zambeze, as terras baixas são mais amplas com o planalto de Mashonaland e as Montanhas Libombo localizadas no extremo sul.

O país é drenado por cinco rios principais e vários rios menores, sendo o maior e mais importante o Zambeze.



Mapa 1: Moçambique, localização geográfica

1.2 População

Cerca de dois terços dos seus estimados 32 milhões (2021) de pessoas vivem e trabalham em áreas rurais. O país é dotado de amplos recursos de terras aráveis, água e energia, bem como recursos minerais e gás natural offshore recentemente descoberto; três, portos marítimos profundos; e um conjunto potencial relativamente grande de mão-de-obra. Também está estrategicamente localizado; quatro dos seis países com que faz fronteira não têm litoral e,

portanto, dependem de Moçambique como canal para os mercados globais. Os fortes laços de Moçambique com o motor económico da região, a África do Sul, sublinham a importância do seu desenvolvimento económico, político e social para a estabilidade e o crescimento da África Austral como um todo ¹.

1.3 Economia

A agricultura em Moçambique continua a ser um dos principais pilares da economia nacional, contribuindo com uma média de 20% do PIB. O sector emprega 90% da mão-de-obra feminina e 70% da mão-de-obra masculina, ou seja, 80% da população activa moçambicana trabalha no sector agrário (República de Moçambique 2022b). Os sectores do comércio, transportes e serviços de comunicações contribuíram com uma média de 10% cada. O sector da indústria extractiva tem apresentado um grande desempenho nos últimos anos, tendo passado de 2% em 2013 para pouco mais de 7% em 2018 (INE: Contas Nacionais de Moçambique). A economia nacional tem um potencial considerável no sector primário, impulsionado pela existência de recursos naturais; no entanto, o principal desafio é o desenvolvimento de indústrias que permitam a exploração e transformação sustentável destes recursos. A diversificação da economia nacional constitui ainda um desafio para um crescimento mais estável, abrangente e sustentável.

Moçambique assistiu à sua primeira contracção económica em quase três décadas em 2020, devido à pandemia da COVID-19 que atingiu duramente os sectores dos serviços e extractivos. O PIB real contraiu cerca de 0,5% em 2020, o primeiro declínio em 28 anos, depois de ter crescido 2,2% em 2019. Um abrandamento na construção, turismo e transportes, e uma diminuição na procura de exportações de matérias-primas foram os principais impulsionadores da desaceleração. . A actividade económica também foi prejudicada pela escalada do conflito na província de Cabo Delgado, no norte do país, que deslocou mais de 250 mil pessoas e resultou em mais de mil mortes. Esperava-se que a contracção económica arrastasse 850.000 pessoas para abaixo do limiar de pobreza internacional em 2020, um aumento de 1,2 pontos percentuais, para 63,7% da população, de acordo com o Banco Mundial, enquanto se esperava que o PIB per capita contraísse -3,4% em 2020. Uma recuperação modesta do crescimento em 2021 reflectiu o resultado combinado da recuperação do crescimento agrícola e de uma recuperação relativamente forte nos serviços, por um lado, e do fraco desempenho nos sectores extractivo e industrial, por outro. ²A Actualização Económica de 2022 de Moçambique observa que o crescimento deverá acelerar no médio prazo, com uma média de 5,7% entre 2022 e 2024, à medida que a procura recupera ainda mais e a economia beneficia do início da produção de GNL em 2022 e antecipa a retoma de projectos maiores de GNL. Espera-se que estas estimulem o sector extractivo, aumentem a procura de serviços e impulsionem as exportações. Prevê-se que o crescimento da produção agrícola permaneça significativo, sujeito a condições meteorológicas favoráveis. No entanto, subsistem riscos substanciais de descida, incluindo o aumento dos preços internacionais do petróleo e do trigo devido à guerra na Ucrânia, às

¹<https://www.worldbank.org/en/country/mozambique/overview#:~:text=Mozambique%20borders%20Tanzania%2C%20Malawi%2C%20Zambia,and%20work%20in%20rural%20areas>.

²<https://www.afdb.org/en/countries/southern-africa/mozambique/mozambique-economic-outlook>

catástrofes naturais e à deterioração da situação de segurança no norte de Moçambique, o que pode aumentar as pressões sobre a despesa pública, entre outros ³.

1.4 Clima

Segundo a classificação de Köppen -Geiger, o clima em Moçambique é geralmente do tipo Aw (tropical húmido e seco) com bolsas de BSh (clima semiárido quente), com duas estações distintas, sendo uma quente e chuvosa, de Outubro a abril, e a outra fria e seca, de maio a setembro (Gelcer et al., 2018).

A circulação atmosférica é caracterizada por zonas de influência de baixas pressões equatoriais com ventos de monção NE durante o verão. Os ventos nas zonas sul e centro são predominantemente alísios de SE e, no norte, são influenciados por um regime de monções com ventos de NE durante o verão e ventos de SW durante o inverno. O regime de chuvas em Moçambique é influenciado pelos ciclones tropicais formados na bacia do sudoeste do Oceano Índico durante o verão, a Zona de Convergência Intertropical (ZCIT), as monções indianas, sistemas de baixa pressão sobre o continente, Anticiclones do Atlântico e do Índico, El Niño/Oscilação Sul (ENSO) e Frentes Frias (Macie, 2016).

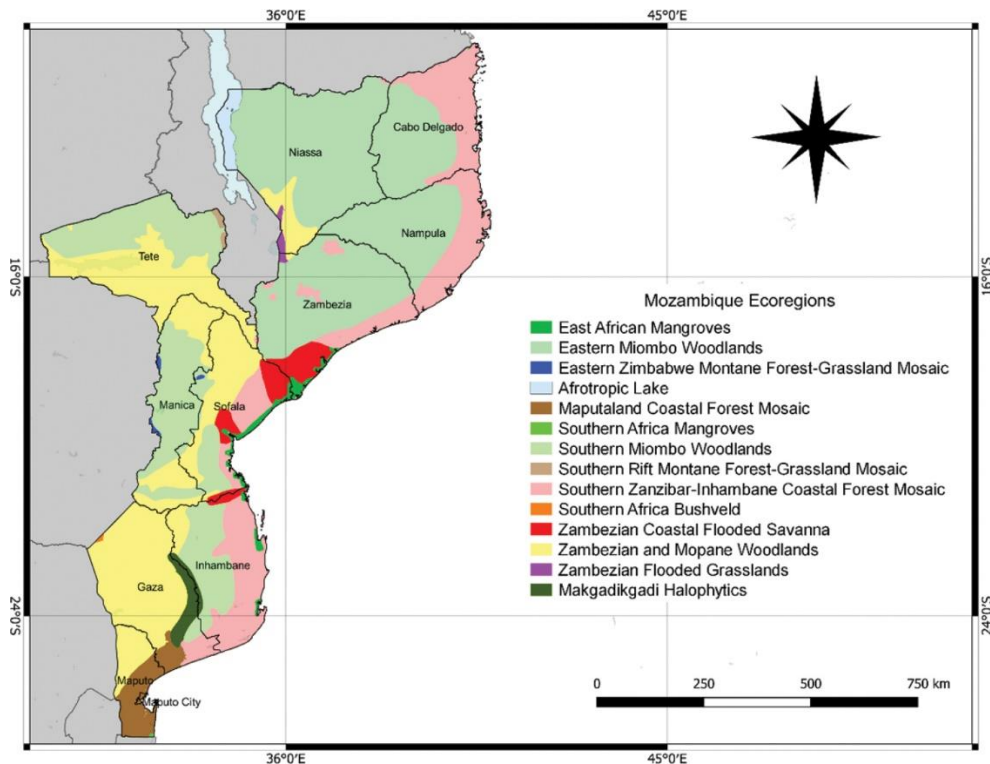
A distribuição espacial da precipitação é muito variável em todo o país. A precipitação é mais abundante no norte, onde a média anual varia entre 800 e 1 200 mm, tornando-se excepcionalmente elevada, 1 500 mm, nas terras altas da Zambézia, Niassa e nas zonas montanhosas da Gorongosa. O centro de Moçambique e todo o litoral recebem quantidades de precipitação que variam entre 800 e 1.000 mm. Contudo, em algumas regiões da província de Tete, os valores de precipitação são reduzidos em até 600 mm. O sul do país é geralmente mais seco, com uma precipitação média inferior a 800 mm, atingindo valores de 300 mm no posto administrativo de Pafuri, na província de Gaza.

Em geral, as temperaturas médias em Moçambique variam entre 25°C e 30°C (temperaturas médias máximas) e, entre 15°C e 21°C (temperaturas médias mínimas). As temperaturas máximas médias mais elevadas são registadas na zona costeira do país, no sul da província de Tete e na parte ocidental da província de Gaza (à esquerda). Quanto às temperaturas mínimas médias, estas apresentam um padrão decrescente do litoral para o interior. As temperaturas mínimas médias mais elevadas são registadas ao longo da costa norte e as mais baixas são registadas na província de Gaza (WFP, 2018). A região de Gaza também apresenta a amplitude térmica mais elevada do país.

1.5 Meio ambiente e biodiversidade

Estudo feito por Burgess et al. (2004) mostraram 13 ecorregiões em Moçambique (Mapa 2). Estes estão incluídos em cinco biomas principais: floresta árida e semiárida; pastagens tropicais e subtropicais, savanas, matagais e florestas; pastagens e savanas inundadas; pastagens e matagais montanhosos; mangais (República de Moçambique 2015).

³<https://www.worldbank.org/en/country/mozambique/overview#:~:text=Mozambique%20borders%20Tanzania%2C%20Malawi%2C%20Zambia,and%20work%20in%20rural%20areas.>



Mapa 2: Vegetação na ecorregião de Moçambique

As florestas e matas nativas cobrem cerca de 43% da área total de Moçambique, das quais 67% são florestas semidecíduas, 20% são florestas perenes, os mangais representam cerca de 1% e outros tipos de florestas constituem 12% dos habitats florestais. Tal complexidade biogeográfica resulta numa elevada diversidade de plantas (Hyde et al. 2021) relatou que foram registadas 6.264 espécies de plantas para Moçambique.

Entre as espécies de plantas, mais de 300 espécies de plantas estão na Lista Vermelha da IUCN e 22% são endêmicas, uma fauna terrestre com 12 espécies de primatas, 726 espécies de aves, 171 espécies de répteis, 85 espécies de ⁴anfíbios (das quais 28 são endêmicas) e 3.075 espécies de plantas. espécies de insetos ⁵. A mesma fonte afirmou que a população moçambicana depende da biodiversidade e dos serviços ecossistémicos para a sua subsistência e depende destes recursos para garantir o seu bem-estar social, ambiental e económico.

1.6 Processos e agentes de degradação da terra

Demanda de terra

Moçambique tem sido referido como um dos 10 principais países do mundo no que diz respeito às “aquisições de terras em grande escala”, com aproximadamente 3,9 milhões de hectares adquiridos através de negócios transnacionais. Esses negócios de terras implicam a apropriação de terras e recursos, a mudança do controle da terra e a mudança das relações de propriedade (Bruna, 2019). Entre os principais objetivos da aquisição de terras estão investimentos agrícolas

⁴ <https://animalia.bio/lists/country/primates-of-mozambique>

⁵ <https://www.biofund.org.mz/en/mozambique/nossa-biodiversidade/>

em grande escala para soja, gergelim, biocombustíveis (por exemplo, cana-de-açúcar e *pinhão-manso*), plantações florestais comerciais de *eucalipto* para celulose e papel, entre outros que resultarão na mudança de uso e cobertura da terra, incluindo a desflorestação através da conversão de florestas em terras agrícolas.

As terras cultiváveis representam 62% da área total de Moçambique. A estimativa das áreas cultivadas situa-se entre 3,8 e 5,3 milhões de hectares em 2002, e tem vindo a aumentar, com a grande variação atribuída à utilização de florestas para cultivo. Apenas 3% das terras agrícolas são irrigadas. Estima-se que 90% dos produtores (três milhões de famílias camponesas) sejam pequenos agricultores que cultivam terras de sequeiro. As grandes explorações comerciais cultivam cerca de 100.000 hectares, incluindo cerca de 40.000 hectares de plantações industriais de cana-de-açúcar.⁶

A procura de terras também aumentou nas últimas duas décadas para a conservação da biodiversidade. A criação dos ⁷Parques Nacionais do Limpopo (6.400 km²) e das Quirimbas (7.500 km²) durante a década de 2000 aumentou a pressão sobre a procura de terras, mas também contribuiu para proteger os ecossistemas florestais, incluindo mopane, miombo, florestas costeiras e mangais.⁸

Desmatamento

Observou-se que a taxa líquida global de desmatamento aumentou entre 1972 e 2016, com perda florestal de -0,24 a -0,79% ao ano. Corte e queima, a agricultura de pequena escala foi identificada como a principal causa do desmatamento, sendo responsável por mais de 65% da perda florestal. Outros impulsores incluem a expansão urbana (12%) e a energia de biomassa (8%) para lenha e carvão (Ceagre e Winrock International, 2016). Portanto, estima-se que durante o período 1972-2016 Moçambique perdeu mais de 36 milhões de hectares da sua floresta. A agricultura de corte e queima em pequena escala destina-se principalmente à produção local de alimentos (principalmente milho, mandioca e feijão), mas também para produtos agrícolas internacionais, como algodão, tabaco e gergelim. Todas estas culturas são cultivadas através de agricultura de pequena escala (menos de 2 ha por agregado familiar), utilizando técnicas agrícolas de baixa tecnologia e baixos factores de produção (sem fertilizantes, sem irrigação) que levam à perda de produtividade e degradação do solo. A agricultura comercial em grande escala, embora tenha aumentado na última década, ainda representa uma pequena proporção (<5%) dos motores do desmatamento. Cerca de 80% da energia doméstica é produzida a partir de biomassa sob a forma de lenha (nas zonas rurais) e carvão vegetal (nas zonas urbanas), com uma média estimada de 0,56 m³ per capita por ano de consumo equivalente de madeira em 2017⁹.

No contexto da África Oriental, Moçambique tem a terceira maior cobertura florestal (46% da superfície do país) depois da Zâmbia e da Tanzânia, e a segunda maior taxa de desflorestação depois da Tanzânia. Os países com maiores taxas de cobertura florestal e de desflorestação situam-se todos nas florestas de miombo, o tipo de floresta mais afectado. Ribeiro et al (2020) referem que as florestas de miombo representam uma das maiores áreas de florestas tropicais

⁶https://www.globalprotectioncluster.org/_assets/files/field_protection_clusters/Mozambique/files/HL_P%20AoR/Land_Tenure_Profile_Mozambique_2011_EN.pdf

⁷<https://www.peaceparks.org/parks/limpopo-national-park/>

⁸<http://www.quirimbas.info/the-quirimbas-national-park/>

⁹FAO. 2019. Produtos florestais. Anuário de Estatísticas da FAO 2019.

secas globais e têm vindo a diminuir devido à mudança no uso da terra. Dois terços das florestas em Moçambique são do tipo vegetação de miombo nas regiões centro e norte com elevado crescimento populacional, resultando numa pressão sobre os recursos florestais.

Degradação do solo

De acordo com a Avaliação Global da Degradação e Melhoramento do Solo (GLADA), apenas entre 1981 e 2003 cerca de 22.656.700 ha foram degradados, 28,3% do território nacional afectando 26,4% da população (Bai et al 2008). Os processos de degradação podem ser o resultado do abate selectivo de árvores (por exemplo, exploração madeireira), incêndios descontrolados ou abertura de pequenos campos agrícolas na floresta que resultam em mosaicos agrícolas-florestas. Embora os estudos sobre a degradação florestal sejam poucos e tenham sido realizados em áreas relativamente pequenas (principalmente no Centro de Moçambique), eles sugerem que a degradação florestal tem um impacto elevado em termos de remoção de biomassa e mudança na composição de espécies arbóreas. Por exemplo, Argola (2004) estimou 1,4% ao ano de conversão de florestas densas em florestas abertas entre 1991 e 1999; Jansen et al (2006) estimaram 0,81% ao ano para o período 1990-2004; e Ryan et al (2011) estimaram que na província de Manica 67% da perda de biomassa foi causada pela degradação florestal.

A linha de base da degradação do solo foi avaliada pelo projeto LAUREL (Grinand et al 2018). A análise dos impulsionadores permitiu aprofundar a causa da mudança, utilizando uma abordagem simples, e permitiu utilizar eficientemente essa informação no planeamento e intervenções no uso do solo.

A análise da tendência do Índice de Vegetação por Diferença Normal (NDVI) revelou que uma grande proporção do país (77%) é caracterizada por uma tendência global estável, o que significa que não há alterações significativas em termos de produtividade da vegetação durante o período. Entre as tendências significativas, 19% da área total apresentou tendências negativas de NDVI, com padrões espaciais claros de tendências decrescentes nas províncias de Inhambane, Zambézia e Nampula. Por outro lado, apenas 3% da área total apresentou tendências de aumento, observadas principalmente ao longo dos rios Zambézia e Sabi e nas províncias de Maputo, Niassa e Cabo Delgado.

O mapa final de mudança de uso e cobertura da terra (LULCC) para 2016 relatou um padrão geral de uso da terra de 45,0% (35,8 Mha) de floresta seca, 37,0% (29,3 Mha) de pastagens e pousios, 13,7% (10,8 Mha) de terras agrícolas 2,0% (1,6 Mha) de zonas húmidas, 1,3% (1 Mha) de outras categorias (rochas, areias ou solos nus), 0,3% (271.000 ha) de mangais e 0,1% (673,1 ha) de áreas urbanas (Grinand et. al 2018).

Moçambique estabeleceu, à escala nacional, o objectivo de alcançar a Neutralidade da Degradação dos Solos até 2030, em comparação com a linha de base de 2015 (sem perda líquida) e pelo menos 5% do território nacional “melhora” (ganho líquido). Isto traduz-se em 4 milhões de hectares com ganho líquido em comparação com 2015. As metas subnacionais propostas da LDN incluem alcançar até 2030 (sem perdas líquidas) áreas cobertas por floresta, savana e agricultura com uma tendência “estável” ou crescente.

Impactos do desmatamento e degradação da terra

Estudos sobre a desflorestação e a degradação florestal relataram uma variedade de impactos, incluindo: (i) perda de biomassa e emissões associadas de CO₂, e perda de capacidade de armazenar e sequestrar dióxido de carbono; por exemplo, CEAGRE e Winrock International, estimaram que 12 milhões de toneladas de CO₂ por ano são emitidas devido ao desmatamento, e o inventário nacional de GEE (CEAGRE 2020) estima que dos 35 milhões de toneladas de CO₂ por ano emitidos pela AFOLU, 85% derivam de a categoria de mudança no uso do solo florestal, que representa desmatamento e degradação florestal). Estima-se também que as emissões resultantes da alteração da cobertura do solo representem cerca de 41% do total de emissões (incluindo outros sectores). Sengo (2018) comparou a biomassa lenhosa em florestas de miombo não perturbadas, na regeneração de miombo e na agricultura, e encontrou 125, 67 e 29 toneladas/ha, respectivamente; (ii) A desflorestação e a degradação florestal também têm sido associadas à redução do carbono orgânico do solo. Nas florestas de miombo, Sengo et al (2018) encontraram 69, 65 e 54 tonC /ha em miombo não perturbado, áreas de rebrota de miombo e áreas agrícolas, sugerindo redução no carbono orgânico do solo; (iii) embora os índices de diversidade de espécies arbóreas não tenham mostrado evidências de diferenças, sugere-se que as florestas não perturbadas exibiram valores mais baixos quando comparadas com as florestas perturbadas, enquanto a composição das espécies mudou, mas preservou as espécies indicadoras das florestas de miombo (Sengo 2018, Alba Almeida 2016); (iv) Ribeiro et al (2020) relataram evidências de que mudanças nas espécies e na estrutura do povoamento florestal nas florestas de miombo levaram a mudanças na disponibilidade e acessibilidade dos serviços ecossistémicos, incluindo a maioria dos bens e serviços florestais utilizados para a subsistência local (na forma de estacas, frutas, folhas e raízes comestíveis, plantas medicinais), afectando assim a qualidade de vida das comunidades locais; (v) embora a produção de madeira tenha contribuído com um montante significativo para a economia (50 milhões de dólares em 2017), a exploração madeireira ilegal resultou em perdas maiores (>350 milhões de dólares) (Falcão et al 2013, Egas et al 2013, Egas et al 2018); (vi) Um estudo recente em florestas costeiras sugere que a desflorestação e a degradação florestal também resultam na perda de locais culturais e sagrados, o que faz parte das tradições locais (Simbine 2020); (vii) Nhiuane (2020), constatou que a desflorestação e a degradação florestal estão associadas à perda de habitats para a vida selvagem, implicando perda de biodiversidade e aumentando os conflitos homem-vida selvagem.

Posse de terras e florestas e direitos de acesso

A propriedade da terra e os direitos de acesso são um factor de degradação ou de conservação. Estudos relataram que as terras estatais em países tropicais, com uma implementação leniente das leis, resultaram na degradação das florestas e dos solos, enquanto as terras privadas e comunitárias foram melhor protegidas (Siteo et al 2014). A lei de terras de Moçambique estabelece que a terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida ou hipotecada, mas os direitos de uso da terra podem ser concedidos para diferentes fins. Além disso, a lei de terras reconhece os direitos adquiridos através da ocupação consuetudinária de terras (Bruna 2019). Esta legislação fundiária tem sido chamada de “progressista” porque é propriedade do Estado e as comunidades e os ocupantes de boa-fé têm direitos de uso perpétuos da terra. O Estado concede direitos de utilização renováveis durante 50 anos, quase sem custos, para investidores e outros que procurem terras, sujeitos a planos de exploração aprovados. Os investidores são

obrigados a consultar as comunidades antes de obterem concessões para o agronegócio e outros tipos de desenvolvimento.¹⁰

O perfil nacional da USAID para Moçambique ¹¹indica que *“os objectivos duplos da lei progressista de terras de Moçambique – apoio aos direitos fundiários das comunidades rurais e incentivo ao investimento privado – foram implementados de forma desigual. O quadro jurídico proporciona às comunidades algum grau de segurança de posse das suas terras, mas apesar dos esforços significativos de sensibilização pública, a maioria dos milhares de residentes rurais desconhece os seus direitos fundiários como comunidades e como indivíduos. Aqueles que estão conscientes dos seus direitos carecem quase uniformemente do apoio financeiro e técnico necessário para fazer valer esses direitos de forma eficaz. Moçambique possui recursos florestais significativos e um número substancial de pequenas e médias empresas (PME) que operam no sector florestal. A grande maioria, no entanto, opera à margem da lei formal, num esforço para evitar os requisitos impostos às concessões florestais, que são onerosos para os pequenos operadores.”*

Moçambique tem uma cobertura florestal de 38% (36,7 milhões de hectares) e mais de metade desta área (17 milhões de hectares) é floresta produtiva, gerida comercialmente como concessões florestais privadas. No entanto, estima-se que a colheita de madeira contribui com menos de 5% para o PIB do país e fornece apenas 1,5% do valor potencial de exploração. Assim, as florestas em Moçambique produzem apenas uma fracção do seu valor, enquanto uma parte significativa alimenta a exploração madeireira ilegal.¹²

Da área florestal, apenas 21% (4,5 milhões de ha) estão actualmente sob concessão florestal, enquanto mais 5% (1 milhão de ha) estão a ser solicitados para concessão florestal. A área restante foi gerida sob uma variedade de regimes de gestão. Considerando todos os regimes de gestão florestal, estima-se que 5,0 milhões de hectares estejam sob gestão sob a forma de concessões florestais, áreas protegidas e plantações florestais. Isto deixa sob uso múltiplo e áreas de acesso aberto uma estimativa de 14,2 milhões de hectares não geridos. Note-se que as áreas de concessão florestal aumentaram a área durante os últimos cinco anos como consequência da introdução de novas políticas e regulamentos.

1.7 Zonas áridas e semiáridas e secas

Nas regiões áridas e semi-áridas, especialmente nas províncias do sul (Gaza, Inhambane e norte de Maputo) é considerada de alto risco a agricultura de sequeiro, porque a precipitação média anual é inferior a 500 mm, as florestas são pouco desenvolvidas e os solos são predominantemente arenosos com pouca ou nenhuma fertilidade. A água para consumo humano, para abeberamento de animais e para irrigação é muito escassa, aumentando a vulnerabilidade da população que vive nestas regiões (MICOA, 2002). Esta região é propensa a secas, onde em caso de ocorrência de um evento constitui um problema crónico. Como 81% da

¹⁰https://www.globalprotectioncluster.org/_assets/files/field_protection_clusters/Mozambique/files/HLP%20AoR/Land_Tenure_Profile_Mozambique_2011_EN.pdf

¹¹Aqueles que estão conscientes dos seus direitos carecem quase uniformemente do apoio financeiro e técnico necessário para fazer valer esses direitos de forma eficaz.

¹²https://www.iucn.org/sites/dev/files/content/documents/position_paper_-_forest_governance_in_moz-_english.pdf

população do país depende da agricultura de sequeiro e 95% das culturas alimentares, os períodos de seca prolongados podem levar a problemas graves para a população, caracterizados por escassez de alimentos, desnutrição, restrição no acesso à água e surtos de algumas doenças (Schmuck, 2013).

Em Moçambique, as secas estão a afectar mais pessoas do que outras catástrofes e de acordo com o estudo do INGC (2009), com o actual fenómeno das alterações climáticas, os eventos de seca estão a aumentar nas últimas décadas. As secas severas têm ocorrido em intervalos de 7 a 10 anos, sendo que secas de menor intensidade ocorrem com maior regularidade (Schmuck, 2013). A seca de 1982-84 foi a pior de que há memória e, em 1984, 100 mil pessoas tinham morrido e outras 750 mil necessitavam de assistência alimentar. Inhambane, Gaza e Maputo foram os mais afectados (Perfil de Risco de Desastres). Embora as províncias da Zambézia e Manica não sejam tipicamente terras secas, estima-se que a perda de rendimento agrícola de 20 milhões de dólares por ano, em média, seja contribuída pela perda destas províncias (Perfil de Risco de Desastres). Estima-se também que, a cada 10 anos, ocorrerá em Moçambique uma perda de 65 milhões de dólares em rendimentos agrícolas. A história recente revela que a seca mais severa dos últimos 20 anos ocorreu durante o período 2015-2016 e afectou mais de 2,2 milhões de pessoas (INGD 2022). Dados os impactos da seca na economia e nos meios de subsistência das pessoas, especialmente na produção agrícola e na segurança alimentar, Moçambique está em processo de estabelecer um sistema de alerta precoce para informar as ações previstas para prevenir os impactos da seca (INGD 2022).

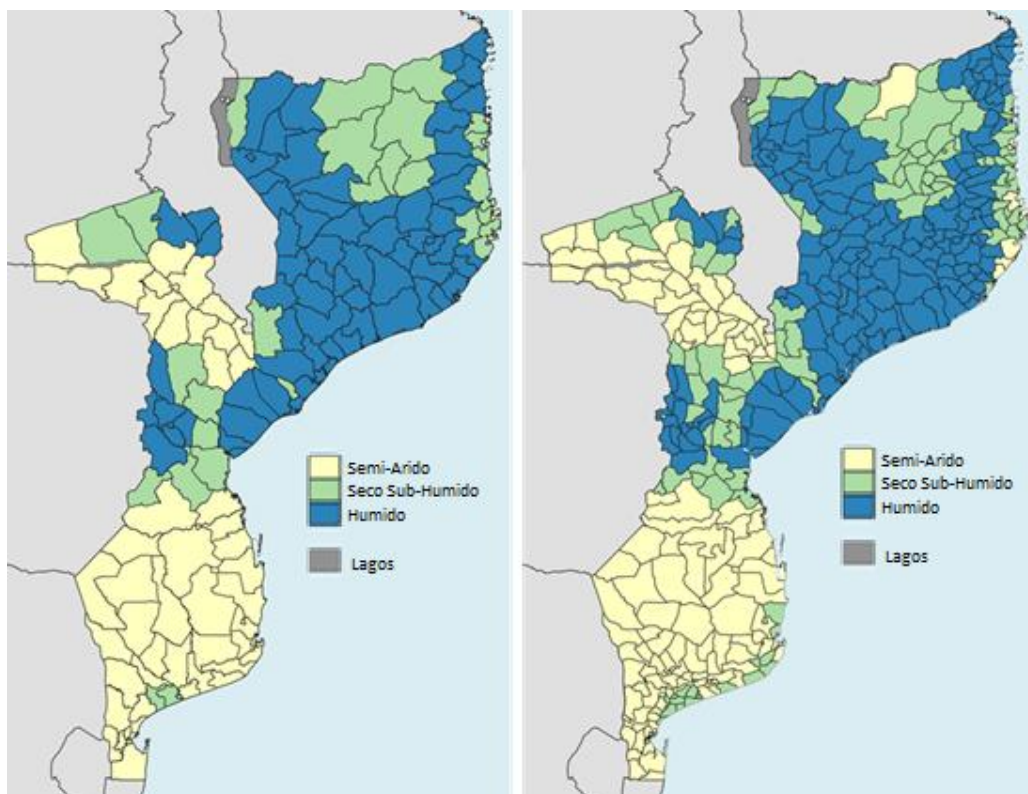
As regiões semiáridas de Moçambique e o potencial de restauração paisagística

Esta secção é utilizada para fornecer os antecedentes sobre a compreensão local das zonas semiáridas e a selecção das áreas de intervenção do GGWI no contexto da estratégia da SADC. A estratégia GGW da SADC refere-se ao semiárido de Moçambique, uma pequena porção de terra nas regiões áridas mais críticas do Limpopo e do rio Zambeze e na região oriental de Nampula. Dos Santos Isaías et al (2019) sugeriu uma definição alternativa de zonas áridas e semiáridas de Moçambique, utilizando os limites administrativos como os “distritos afectados pela aridez”. Além disso, o Plano de Acção Nacional de Combate à Seca e à Desertificação listou os distritos afectados pela seca e risco de desertificação e os respectivos factores de degradação da terra (Tabela 1). Nos últimos anos, foi estabelecida uma nova divisão distrital, aumentando assim o número de distritos considerados áridos ou semiáridos.

Com base no Índice de Aridez (IA) anual, utilizando dados de 1981-2021 e a definição do PNUA de zonas áridas como aquelas com um IA inferior a 0,65, 54 distritos foram classificados como Semi-Árido (Mapa 3) (INGD 2023). As zonas semi-áridas estão presentes na região sul, principalmente em Gaza, Maputo e Inhambane, sul de Manica e Sofala. Na região centro-oeste, as zonas semiáridas estão presentes no norte de Manica e Sofala e na maior parte de Tete. Pequenas áreas semiáridas também estão presentes no norte do Niassa e no oeste de Nampula.

Com base nesta informação, a área de implementação do GGWI será a área definida como semiárida conforme indicado acima. A área tem uma superfície total de cerca de 27,9 milhões de hectares (35% da superfície terrestre nacional) e uma população de 7,1 milhões de habitantes (22% da população nacional). As actividades económicas típicas baseadas na natureza nos distritos áridos e semiáridos são a agricultura de sequeiro, a pecuária, a produção de carvão e a pesca. Estas actividades são realizadas por pequenos agricultores (média de 0,5 ha), a nível familiar, enquanto em casos limitados existem agricultores comerciais de médio porte e associações locais. Dada a infraestrutura limitada para captação e armazenamento de água, a

irrigação é extremamente limitada e ocorre nas margens dos rios/lagos. Além disso, existem grandes parques nacionais (por exemplo, Limpopo, Zinave , Banhine), que proporcionam uma fonte alternativa de rendimento às comunidades locais, mas, ao mesmo tempo, desafios no acesso aos recursos naturais dadas as limitações impostas pelos planos de gestão dos parques nacionais.



Mapa 3: Mapa Nacional das Zonas Áridas e Semiáridas com base no Índice Anual de Aridez, mapa: à esquerda por distritos, à direita por posto administrativo

Tabela 1. Distribuição dos distritos áridos e semiáridos por província. (Fonte: Lista dos distritos semiáridos: INGD 2023)

Província	Distrito	Área (Km ²)	População
Cidade de Maputo	Cidade de Maputo	347	1209992
Maputo	Cidade da Matola	373	1032197
	Boane	820	102457
	Magude	6960	54252
	Manhiça	2380	157642
	Marracuene	666	157642
	Moamba	4628	56746
	Namaacha	2144	41954
	Matutuine	5387	37239
Gaza	Chibuto	5878	191682

	Chicualacuala	16035	38917
	Chigubo	13952	21237
	Chókwe	1864	186597
	Chongoene	1739	212459
	Guijá	3589	76308
	Limpopo	1119	150349
	Mabalane	9580	32752
	Ma ndlakaze	3748	168969
	Mapai	2435	29026
	Massangena	10351	16268
	Massingir	5878	29304
Inhambane	Funhalouro	15678	38948
	Govuro	4584	35127
	Homoína	1942	110858
	Cidade de Inhambane	192	79724
	Inharrime	2149	97471
	Inhassoro	4746	48537
	Jangamo	1294	105306
	Mabote	14577	45101
	Massinga	7458	184531
	Maxixe	282	108824
	Morrumbene	2608	124471
	Panda	6852	47946
	Vilanculos	5867	135710
	Zavala	1997	139616
Sofala	Caia	3477	158256
	Chemba	3978	83257
	Machanga	4657	55084
	Maríngue	5085	56654
Manica	Guru	6920	45680
	Machaze	13112	75804
	Tambará	4316	31471
Tete	Cahora Bassa	10598	57675
	Changara	6730	119551
	Chiúta	6778	5300
	Doa	3579	81801
	Cidade de Tete	314	305722
	Mágoe	8697	39304
	Marara	2716	75050
	Moatize	8879	109103
	Mutarara	6295	130742
	Zumbo	12040	33272
Nampula	Ilha de Moçambique	181	42407
	Nacala	967	88807
Cabo Delgado	Cidade de Pemba	102	200529

Nota: Área e população obtidas em: <https://www.citypopulation.de/en/mozambique/admin/>

A avaliação local do potencial de restauração sugere que Moçambique tem um grande potencial para a FLR como restauração em mosaico. O Africa Open DEAL (Sacande et al 2022) estimou que Moçambique tem potencial para restauração de 4,66 milhões de hectares de terras áridas e estabelecimento de 234,7 milhões de árvores (média de 32,1 árvores por hectare). Em Moçambique, as actividades de FLR concentraram-se em áreas húmidas e sub-húmidas (por exemplo, Zambézia , Nampula, Niassa) com actividades limitadas em zonas áridas e semiáridas. Contudo, durante o processo de consulta, ficou claro que há reflorestamento e estabelecimento de culturas arbóreas em regiões áridas e semiáridas, com foco no estabelecimento de cajueiros e árvores frutíferas (nativas e introduzidas).

2. COMPROMISSO POLÍTICO INTERNACIONAL E REGIONAL

A Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD): O Quadro Estratégico da UNCCD 2018-2030 visa alcançar a Neutralidade da Degradação dos Solos, a fim de restaurar a produtividade de vastas extensões de terras degradadas, melhorar os meios de subsistência de mais de 7 milhões de pessoas e reduzir a impactos da seca nas populações vulneráveis para construir para alcançar um mundo neutro em termos de degradação da terra. Moçambique é Parte da UNCCD e ratificou a convenção em Março de 1997.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável na Rio+20 sobre Degradação Líquida Zero de Terras para alcançar o uso sustentável da terra para todos (na agricultura, silvicultura, energia, urbanização) e três metas são estipuladas, nomeadamente: Degradação líquida zero da terra até 2030; Degradação florestal líquida zero até 2030; Políticas de seca e preparação para a seca implementadas em todas as regiões/países propensos à seca até 2020. Moçambique estabeleceu, à escala nacional, o objectivo de alcançar a Neutralidade da Degradação do Solo até 2030, em comparação com a linha de base de 2015 (sem perda líquida) e pelo menos 5 % do território nacional “melhora” (ganho líquido). Isto se traduz em 4 milhões de hectares com ganho líquido em comparação com 2015. As metas subnacionais propostas para a LDN incluem atingir até 2030 (sem perdas líquidas) áreas cobertas por floresta, savana e agricultura com uma tendência “estável” ou “crescente” (República da Moçambique 2019).

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC): Como parte do quadro, Moçambique desenvolveu a sua segunda comunicação nacional em 2022 (República de Moçambique 2022). O documento apresenta informações sobre a vulnerabilidade e os impactos adversos das mudanças climáticas, ocorridas entre 2000 e 2018; as estimativas de emissões e remoções ocorridas no período de 1995 a 2004; as acções implementadas e/ou programadas, destinadas a implementar a Convenção, incluindo as restrições financeiras e tecnológicas e as necessidades de capacitação para a implementação efectiva da Convenção, bem como os documentos formulados e submetidos à Convenção, em resposta às decisões adoptadas nas Conferências das Partes, destacando o PANA, o Plano Tecnológico e as Contribuições Pretendidas Nacionalmente Determinadas (INDCs) de Moçambique 2020 – 2025. Esta comunicação também inclui informações sobre o processo de integração das alterações climáticas nas políticas, leis, estratégias de desenvolvimento nacionais, planos e programas e no planeamento nacional, local e sectorial implementado no âmbito da Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação 2013 – 2025 e respectivo Plano de Acção 2013 – 2014, cuja implementação foi prorrogada até 2019, bem como da Contribuição Nacionalmente

Determinada de Moçambique 2020 – 2025 e respetivo Plano Operacional da NDC 2020 – 2025 e o Plano de Parceria da NDC 2018 – 2021 aprovado em Conselho de Ministros, em dezembro de 2018. O Plano Nacional de Adaptação (PAN) submetido à Convenção, estabeleceu as 16 prioridades estratégicas nacionais para a adaptação. A gestão florestal sustentável está entre as prioridades de adaptação como fornecedor de serviços ecossistémicos.

A Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica (UNCBD): O objectivo é conservar a diversidade biológica; a utilização sustentável dos componentes da diversidade biológica; uma partilha justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos. Ao participar nesta convenção, Moçambique desenvolveu a Estratégia e Plano de Acção Nacional de Biodiversidade 2015-2035 (República de Moçambique 2015). A estratégia reconhece 3 grupos de ecossistemas naturais importantes: (i) ecossistemas terrestres; (ii) ecossistemas costeiros e marinhos; e (iii) ecossistemas de águas interiores. Com base nesta informação, Moçambique tem apostado em medidas de conservação, especialmente in situ, o que é demonstrado pelo facto de 26% do país estar coberto por Áreas de Conservação (AC), sendo 13 interiores e 2 marinhas. A biodiversidade é fundamental em Moçambique para o alívio da pobreza e para o desenvolvimento económico em geral, uma vez que 90% da energia rural provém da madeira e do carvão vegetal e mais de 80% da população utiliza os bens e serviços oferecidos pela biodiversidade para a sua sobrevivência. Além disso, a estratégia estabelece as categorias de valores da biodiversidade como: (i) recursos florestais (madeireiros e não-madeireiros) e vida selvagem; (ii) pesca; (iii) recursos agrícolas e pecuários; (iv) recursos turísticos; e (v) recursos minerais.

A Iniciativa Africana de Restauração da Paisagem Florestal (AFR100) : A Iniciativa Africana de Restauração da Paisagem Florestal (AFR100) é um esforço pan-africano liderado por um país para restaurar 150 milhões de hectares de paisagens degradadas e desmatadas no mundo até 2030. A AFR100 também é em linha com a Declaração de Nova Iorque sobre Florestas e a Iniciativa Africana de Paisagens Resilientes (ARLI), uma iniciativa que promove a gestão integrada da paisagem com o objetivo de adaptação e mitigação das alterações climáticas. No âmbito do seu envolvimento no AFR 100, Moçambique comprometeu-se a restaurar 1 milhão de hectares de terras degradadas. Moçambique não tem uma Estratégia Nacional explícita de Restauração da Paisagem Florestal. No entanto, possui uma Política Florestal Nacional, que visa perpetuar e aumentar o património florestal nacional existente e a geração de benefícios derivados dos recursos florestais. A política funciona através da estratégia nacional REDD+ que visa reduzir a deflorestação e a degradação florestal e promover a gestão florestal sustentável, e a estratégia nacional de reflorestação. Ambos os documentos operacionais centram-se na restauração de florestas degradadas, na proteção das florestas existentes e no aumento da área florestal. Com base nestes documentos, Moçambique estabeleceu a sua meta para o AFR100 em 1 milhão de hectares em reflorestação e restauração.

3. PRIORIDADES DE MOÇAMBIQUE

Várias políticas nacionais em Moçambique poderiam ser consideradas como um ambiente propício para a implementação do Plano de Acção da GGW. A Estratégia Nacional de Reflorestação, o Programa de Desenvolvimento Sustentável e a Estratégia Nacional REDD+ visam promover a plantação de árvores em diferentes formatos, povoamentos puros ou mistos e sistemas agroflorestais, privados, públicos ou comunitários, para fins comerciais, de conservação ou energéticos. Todos os instrumentos políticos apontam para a necessidade de utilizar terras degradadas e desmatadas e evitar a conversão de florestas e bosques naturais. O Anexo 3 resume documentos e políticas que estão entre as prioridades de Moçambique, em linha com a Estratégia GGW da SADC.

Embora a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE) estabeleça as prioridades globais de desenvolvimento, as políticas e estratégias sectoriais proporcionam um enfoque sectorial. O objectivo da Estratégia Nacional REDD+ é promover o desenvolvimento sustentável, maior resiliência às alterações climáticas, desenvolvimento rural integrado, através de um conjunto de acções focadas nos sectores florestal, agrícola e energético. Esta estratégia proporciona uma oportunidade para alinhar e harmonizar políticas, estratégias e planos sectoriais, promovendo a apropriação e integração das alterações climáticas e mobilizando fundos para a realização de actividades que resultem numa maior produtividade agrícola, maior eficiência na utilização de energia, recuperação de áreas degradadas e a gestão, protecção e utilização sustentável das florestas. Os limites das causas do desmatamento e da degradação florestal ao nível da paisagem e dos utilizadores dos recursos são ténues, exigindo uma abordagem integrada na implementação de acções e modelos viáveis, inclusivos, eficientes e sustentáveis. Portanto, a estratégia, além do plantio de árvores, prioriza acções em agrossilvicultura, agricultura climaticamente inteligente, energia limpa e renovável como parte dos factores impulsionadores do desmatamento e da degradação florestal. A Estratégia REDD+ está alinhada com a Política Florestal e Estratégia de Implementação, a Estratégia Nacional de Reflorestamento, e o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrícola (PEDSA) e a Estratégia de Desenvolvimento de Energias Novas e Renováveis 2011-2025.

Além do acima exposto, a Estratégia da Seca e Desertificação, a Política e Estratégia para o Desenvolvimento Integrado das Zonas Áridas e Semiáridas traz a política integrada para as zonas áridas e semiáridas. Aplica-se, entre outros, aos órgãos e instituições da administração pública directa e indirecta, à governação descentralizada, às pessoas colectivas públicas e privadas, às academias, às organizações da sociedade civil, às Organizações Não Governamentais (ONG) e às pessoas singulares que, no exercício das suas funções, implementam iniciativas que contribuem para a promoção do desenvolvimento rural, a mitigação e adaptação dos efeitos da seca e a exploração sustentável dos recursos naturais. O seu objectivo é promover uma política integrada, inclusiva, sustentável e resiliente para áreas áridas e semiáridas. Os objectivos específicos são (i) estabelecer mecanismos de governação local e gestão integrada de áreas áridas e semiáridas; (ii) promover fontes alternativas de rendimento e técnicas agrícolas inovadoras, sustentáveis e resilientes; (iii) estimular a gestão racional e sustentável da água e de outros recursos naturais; e (iv) garantir a integração de salvaguardas socioambientais e redução dos riscos climáticos nas iniciativas de desenvolvimento rural (República de Moçambique 2023).

Dado que um factor crítico nas zonas áridas e semiáridas é a água, a Estratégia Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos estabelece prioridades chave nesta área. As acções específicas incluem o abastecimento de água em zonas rurais urbanas e periurbanas; abastecimento de água para o desenvolvimento socioeconómico, incluindo irrigação, pecuária, abastecimento à

indústria, energia, turismo, pescas e aquicultura, navegação e desportos aquáticos. Além disso, dada a ocorrência crescente de secas prolongadas, bem como o risco de inundações, relacionadas com eventos climáticos extremos, o Plano Nacional de Adaptação, em linha com a Política Nacional de Gestão do Risco de Desastres, identificou a gestão da água como uma prioridade fundamental para amortecer o excesso e a escassez da água, reduzindo, portanto, o risco de desastre relacionado a esses eventos.

As mulheres estão entre os grupos mais desfavorecidos e as alterações climáticas irão agravar as desigualdades. Em resposta, a Estratégia do Ambiente, Género e Mudanças Climáticas estabelece, entre outras prioridades, o empoderamento das mulheres e das comunidades locais, através do acesso a tecnologias e outras actividades para a mitigação e adaptação às alterações climáticas e o uso sustentável dos recursos naturais, para garantir a equidade de género em o processo de tomada de decisões, formação e capacitação ambiental, e garantir que os planos, políticas, programas, estratégias e orçamentos promovam a equidade de género, o acesso aos recursos naturais e medidas para mitigar e adaptar-se às alterações climáticas.

4. INICIATIVA DA GRANDE MURALHA VERDE DA SADC

A Iniciativa da Grande Muralha Verde é uma parceria africana para travar e inverter tendências na degradação da terra, desertificação, alterações climáticas e perda de biodiversidade, utilizando mecanismos que permitem a restauração da paisagem e a gestão sustentável, incluindo mecanismos de coordenação intersectorial com recursos adequados e obrigatórios e instituições locais com acesso a recursos técnicos e recursos financeiros e capacitação (SADC 2022). Esta iniciativa foi lançada em 2007 e foi implementada nas regiões do Sahara e do Sahel. A iniciativa expandiu-se recentemente para a região da África Austral e foi aprovada pelos Estados-Membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) em 2016. A GGWI, Estratégia da SADC, foi aprovada em Outubro de 2019. O conceito baseia-se no princípio multisectorial de melhorar abordar os desafios que as pessoas que vivem em zonas áridas e semi-áridas enfrentam, tais como a gestão da seca, a gestão dos recursos naturais, a sustentabilidade dos sistemas de produção, o desenvolvimento da produção rural, as infra-estruturas comerciais e a diversificação das actividades económicas e a criação de riqueza, com a devida consideração do género e da juventude (SADC, 2022).

4.1 Objectivos gerais da SADC

O objectivo geral da estratégia GGW da SADC é combater a desertificação, a degradação dos solos e mitigar os efeitos da seca para alcançar a LDN através da implementação eficaz e eficiente da UNCCD, da Agenda 2063 da União Africana nas zonas áridas de África e do Programa de Acção Sub-regional da SADC para Combater Desertificação.

A estratégia da SADC apresentou 15 objectivos agrupados em nove (09) resultados. Com base nesta estratégia, cada país da SADC, em alinhamento com a Estratégia GGWI da SADC, deve desenvolver o seu Plano de Acção Nacional (PAN) com base no seu contexto e prioridades.

4.2 Missão e visão da SADC

A Iniciativa da Grande Muralha Verde da SADC tem a seguinte visão e missão:

Visão: Paisagens produtivas que contribuam para a prosperidade económica regional socialmente inclusiva e para a sustentabilidade ambiental

Missão: Promover abordagens de gestão sustentável da terra que mantenham a integridade ecológica e forneçam uma gama de bens e serviços ecossistémicos para impulsionar o crescimento económico e apoiar o desenvolvimento sustentável na África Austral.

As acções da Estratégia GGW da SADC compreendem principalmente e principalmente um conjunto de acções integradas que abordam os problemas multisectoriais que afectam a vida das pessoas nas zonas áridas e semi-áridas. Estas acções multisectoriais e multidimensionais abordam transversalmente uma vasta gama de preocupações, como a gestão da seca, a gestão dos recursos naturais, a sustentabilidade dos sistemas de produção rural (incluindo a agricultura, a pecuária e a silvicultura) e o desenvolvimento da produção rural e das infraestruturas comerciais, diversificando as atividades económicas e criação de riqueza e tendo em devida consideração as preocupações de género e dos jovens no desenvolvimento.

4.3 Pilares da SADC e áreas de enfoque estratégico (pilares de investimento da UNCCD)

Pilares da SADC

Com base na visão e missão da SADC GGW, os pilares apresentados durante a reunião das partes interessadas e dos Estados-membros em Pretória ¹³, Agosto de 2022 são:

1. Governança eficaz
2. Restauração de terras e gestão sustentável do ecossistema
3. Investimento e inovação
4. Comunidade e infra-estruturas resilientes às alterações climáticas
5. Capacitação (que é transversal)

O Anexo 1 resume os pilares da GGW SADC com os seus resultados e resultados.

Áreas de foco estratégico (pilares de investimento da UNCCD)

Durante o mesmo workshop em Pretória, em Agosto de 2022, a UNCCD apresentou também as “áreas de foco estratégico ou pilares de investimento” para o GGWI apresentadas a seguir:

1. Água para todos.
2. Acesso às energias renováveis.
3. Ecossistemas produtivos e resilientes (terra e biodiversidade).

¹³Uma reunião conjunta organizada pela SADC e pelo Mecanismo Global da UNCCD foi realizada em Pretória. O título da reunião foi: “Rumo à implementação da Estratégia da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral da Iniciativa da Grande Muralha Verde (GGWI SADC); Workshop de Envolvimento das Partes Interessadas e Capacitação”

4. Infraestruturas verdes resilientes às alterações climáticas.
5. Reforçar a produtividade agrícola e sistemas alimentares resilientes.
6. Desenvolvimento económico e empresarial transformador

A seguinte lista de questões transversais foi partilhada

eu . Tecnologia verde .

- ii. Governança.
- iii. Capacitação.
- iv. Género
- v. Juventude.
- vi. Mobilização de recursos e financiamento inovador.
- vii. Redução do risco de desastres e sistemas de alerta precoce.

O Anexo 1 tentou combinar os pilares, resultados e indicadores da SADC com as áreas prioritárias e pilares da UNCCD. Cada país da SADC durante o workshop foi convidado a realizar um exercício de consolidação dos pilares de investimento com base nas necessidades/prioridades dos seus países. A proposta do representante de Moçambique durante o workshop está no Anexo 2:

Estas áreas prioritárias e pilares de investimento foram reconhecidos como relevantes para a situação de Moçambique. A UNCCD esperava atrair doadores que se comprometessem com estes pilares de investimento para mobilizar recursos. É óbvio que essas oportunidades serão monitoradas no futuro.

5. PLANO DE AÇÃO NACIONAL

5.1 Abordagem metodológica

O desenvolvimento do PAN seguiu as directrizes fornecidas tanto pelos termos de referência do consultor nacional como pelo apoio recebido da equipa principal da SADC (o Coordenador da Grande Muralha Verde, o secretariado da SADC e a Comissão da União Africana). Estas directrizes são: revisão da literatura, entrevistas com informantes-chave com as partes interessadas identificadas relevantes, missão de campo para discutir o primeiro rascunho do quadro de resultados do plano de acção, circulação do rascunho antes do workshop de validação e revisão final do documento após a validação.

Revisão da literatura

Foi analisada uma gama variada de publicações e relatórios, incluindo políticas, estratégias, legislações e documentos regionais e nacionais internacionais da SADC, principalmente a estratégia GGW da SADC (2022). A revisão de vários documentos permitiu também realizar a primeira análise sobre a relevância dos resultados da SADC para o país Moçambique (Anexo 3). Para o mesmo efeito, foi feita outra análise de documentos com base em programas e projectos

existentes implementados em Moçambique (principalmente em terras semi-áridas e áridas). Os resultados foram colocados no Anexo 4.

A revisão da literatura, entre outras análises, concentrou-se nos seguintes aspectos, entre outros: Trajetória de restauração passada, SLM; Inovação técnica e investigação; Compromisso do Estado; oportunidades de financiamento; Incentivos económicos; A Metodologia de Avaliação de Oportunidades de Restauração (ROAM), desenvolvida pela IUCN e WRI, é uma estrutura desenvolvida para os países realizarem avaliações de oportunidades de restauração florestal e paisagística e identificarem áreas prioritárias específicas a nível nacional ou subnacional. Vale a pena notar que a metodologia ROAM foi aplicada em duas das 10 províncias de Moçambique, mesmo que as duas províncias não estejam entre as zonas semi-áridas e áridas.

Mapeamento e consultas de partes interessadas

Após a revisão da literatura, foi realizado um exercício de mapeamento das partes interessadas para identificar as organizações, os seus interesses e interesses na implementação da iniciativa GGW em Moçambique. As partes interessadas identificadas são aquelas que têm acções complementares ou semelhantes à ambição do GGWI e com foco na implementação de actividades de gestão sustentável de terras, alterações climáticas e gestão de recursos naturais. Estas partes interessadas incluem instituições públicas, instituições académicas e de investigação, organizações do sector privado, organizações da sociedade civil, organizações comunitárias e vários outros grupos de utilizadores. Encontros presenciais (assimilada à missão de campo) foram feitos com essas partes interessadas. Tomando todas as restrições de tempo e orçamento, foram visitados cinco distritos: Xai-xai; Guijá; Mabalane; Distritos de Mapai e Chicualacuala. A consulta foi feita em conjunto com cinco funcionários do Governo para a apropriação do trabalho.

A visita de campo revelou uma vasta gama de intervenientes envolvidos, mas a implementação é coordenada pelos governos distritais em coordenação com as comunidades locais, organizações da sociedade civil e, ocasionalmente, intervenientes de fora do distrito para intervenções complexas, como a construção de reservatórios de água. Organizações internacionais (por exemplo, FAO, PNUD, BM, BAD, IUCN, WWF) têm fornecido recursos financeiros e apoio técnico para apoiar iniciativas semelhantes à GGW SADC. Além disso, várias organizações governamentais (como o Instituto Nacional de Amêndoas, Instituto Nacional de Gestão de Risco de Desastres) também têm intervenções no terreno. Instituições de investigação e formação como o IIAM e o HEI, embora tenham recursos limitados, possuem capital humano e conhecimento para fornecer apoio técnico à implementação do GGWI.

Workshop de Validação

O projecto do NAP foi inicialmente distribuído entre o pessoal do Governo, o consultor e a equipa do GGWI (SADC, CUA e FAO) apoiando o trabalho. O documento foi validado durante um workshop nacional de partes interessadas. O feedback das partes interessadas durante o workshop de validação foi inserido na versão final do NAP.

5.2 Análise de Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças (SWOT)

A implementação do Plano de Acção Nacional de Moçambique depende dos pontos fortes do ambiente favorável existente. Uma análise SWOT foi feita com base em revisões de literatura.

Além disso, a visita de campo e o intercâmbio com as partes interessadas completaram a análise. A secção a seguir resume as principais conclusões:

Forças

- Existência de vontade política.
- Existência de documentos políticos e acordos institucionais como pontos de entrada para a implementação do PAN.
- Forte coordenação do Ministério da Terra e Meio Ambiente em: uso sustentável da terra, restauração de ecossistemas e gestão florestal sustentável.
- Presença de iniciativas no terreno que podem ser utilizadas como pontos de entrada para o PAN: plantação de árvores (florestais e agroflorestais), captação e gestão de água, agricultura de conservação.
- Presença de parceiros que implementam actividades semelhantes no terreno, incluindo governos locais, ONG, agências internacionais de desenvolvimento (por exemplo, BM, BAD, FAO, PNUD, ENABEL) e sector privado.

Fraquezas

- Baixo nível de adopção de tecnologias quer pelas comunidades locais quer pelo sector privado;
- Desafios em matéria de acesso à terra e questões de segurança;
- Falta de coordenação interinstitucional;
- Dificuldade de interação entre produção de alimentos e energia e conservação florestal.
- Investimentos insustentáveis (perversos) na limpeza de florestas e bosques para novos projectos de desenvolvimento agrícola;
- Alta dependência do carvão vegetal para energia;
- Práticas limitadas de gestão florestal alimentam o desmatamento;
- Práticas insustentáveis de gestão florestal;
- Capacidade técnica e conhecimento limitados;
- Falta de apoio significativo a projectos de desenvolvimento a nível comunitário.

Oportunidades/lições aprendidas

- Desenvolvimento de uma abordagem de Restauração de Paisagem Florestal a vários níveis;
- Existência de legislação em Moçambique que apoia a restauração da paisagem, a reflorestação, a gestão sustentável da terra, a gestão florestal sustentável e a conservação da biodiversidade;
- A abordagem sustentável e integrada da gestão da paisagem para reduzir a pobreza rural é considerada uma das mais altas prioridades do governo.

Ameaças

- Impactos das alterações climáticas;
- Extensão e frequências do período seco nas zonas áridas e semiáridas;
- Dificuldade em estabelecer plantas e restaurar ecossistemas em áreas de baixa pluviosidade;
- Aumentar os incêndios florestais;
- Aumento de chuvas fortes e ventos fortes (aumentando a erosão e degradação do solo).

5.3 Visão e missão de Moçambique para a GGW

A visão e missão do PAN de Moçambique foram alinhadas com a estratégia GGW da SADC. O governo de Moçambique acredita que as soluções baseadas na natureza, como a restauração da paisagem florestal (FLR), podem fornecer um apoio vital à implementação da estratégia nacional de desenvolvimento rural e à operacionalização dos compromissos nacionais e subnacionais de restauração da paisagem.

Visão

Restaurar paisagens degradadas e desflorestadas, orientando os novos caminhos para o desenvolvimento rural resiliente às alterações climáticas e o crescimento económico nacional e contribuindo para a redução da pobreza.

Missão

Promover paisagens verdes nos distritos áridos e semiáridos, melhorando a segurança alimentar e gerando rendimentos para uma vida e um ambiente melhores.

5.4 Objetivos gerais e específicos até 2030

Em total alinhamento com a estratégia da SADC, o objectivo geral do PAN de Moçambique é: combater a desertificação e a degradação dos solos e mitigar os efeitos da seca para alcançar a neutralidade da degradação dos solos através da implementação de uma combinação de acções para proteger os ecossistemas, plantar árvores, promover a sustentabilidade e o clima. agricultura inteligente, gestão florestal sustentável, captação e gestão de água e energia sustentável e limpa.

A avaliação feita em 2019 (FAO, CUA, 2022) durante o desenvolvimento da Estratégia GGW da SADC estabeleceu as seguintes metas (apresentadas também durante o workshop em Pretória, Agosto de 2022) a nível regional:

- Restauração de 240 milhões de hectares de terras degradadas;
- Sequestro entre 1300 e 3000 MtC (e mais);
- Partilhar benefícios directos e indirectos da protecção da natureza a 344 milhões de pessoas nos países da SADC.

Para o GGW, a restauração será implementada em paisagens florestadas ou não florestadas. A restauração é um processo que visa recuperar a funcionalidade ecológica e melhorar o bem-estar humano em paisagens degradadas (FAO e WRI, 2019). A restauração oferece benefícios ecológicos, sociais e económicos ao melhorar a terra com florestas, árvores ou vegetação (incluindo para o gado).

Para Moçambique a meta é:

- Restauração de 10 milhões de hectares de terras degradadas (36% das terras áridas e semiáridas nacionais);

- 5 milhões de hectares de agricultura integrada e inteligente em termos climáticos, incluindo sistemas agroflorestais
- 4 milhões de hectares de pastagens reabilitadas
- 1 milhão de hectares em floresta, incluindo restauração florestal
- Sequestro de CO₂ (a calcular);
- Partilhar benefícios directos e indirectos da protecção da natureza a 7 milhões de pessoas que vivem em distritos semiáridos.

Estes objectivos estão em linha com o objectivo geral do Plano de Acção Nacional para o Combate à Seca e Desertificação, de “... estabelecer uma série de acções, em estreita colaboração com as populações locais, nas zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas, que conduzam à redução das causas de ocorrência de seca e o combate e prevenção da desertificação, numa primeira fase nas regiões mais críticas – sul e centro do país – e gradualmente estender às restantes áreas”.

5.5 Resultados e produtos relevantes para Moçambique

Os resultados e produtos foram seleccionados como relevantes após duas análises principais. A primeira análise no Anexo 3 baseia-se nas políticas, estratégias, programas e planos existentes em Moçambique. A segunda análise no Anexo 4 baseia-se em iniciativas de programas e projectos existentes implementadas pelo governo de Moçambique para promover, entre outros, uma abordagem integrada de gestão da paisagem em todo o país e para contribuir para as prioridades do país.

A Tabela 2 seguinte mostra os resultados e resultados do PAN de Moçambique alinhados com a SADC.

Tabela 2. Resultados e produtos até 2030

RESULTADOS	PRODUTOS
Resultado 1: A participação da Sociedade Civil, pesquisadores e o setor privado é aumentada	OSC/ONG, pesquisadores, e sector privado informado e engajados na estratégia e implementação da GGW.
Resultado 2: A vulnerabilidade de ecossistemas aos efeitos ou impactos das alterações climáticas é reduzida	Medidas para uso sustentável terra e combate à Desertificação e Degradação da Terra e Seca (DLDD) compartilhadas, promovidas e implementadas.
	Vulnerabilidade de ecossistemas reduzida.
Resultado 3: A resiliência da comunidades é aumentada contra o impacto das alterações climáticas	esquemas de incentivo sustentável a nível comunitário operacionais.
	Energia renovável sustentável utilizada pelas comunidades
	Perda de gado e pastoreio reduzido
Resultado 4: O apoio institucional e político é eficaz.	Políticas harmonizadas e ferramentas para gestão de dados operacionais.
Resultado 5: Os meios de subsistência das pessoas são diversificados e melhorados.	Uso sustentável e Integrado da terra (agricultura, água e vida selvagem) e iniciativas de restauração eficazes .

	Eco-empendedorismo e negócios verdes desenvolvidos
Resultado 6: Sinergias com outros Acordos Multilateral Ambientais (MEAs) e processos são aprimorados.	Financiamento sustentável para o combate à desertificação, degradação da terra, e seca (DLDD)
Resultado 7: A área de degradação terra na África Austral é quantificada e a extensão e o custo são avaliados.	Dados adequados sobre a extensão de degradação para informar atividades de restauração disponíveis
Resultado 8: A gestão do risco da Seca é operacional, com sistemas de aviso prévio e segurança social operacionais.	Sistema integrado de aviso prévio de múltiplos riscos em vigor
	Programa de segurança social protegido
Resultado 9 (a) Sistemas para compartilhamento informações sobre diversas iniciativas e conhecimentos facilitando o <i>networking</i> são estabelecidos	Comunicação ferramentas disponível para compartilhamento de informação e conhecimento (agricultura, água e animais selvagens; e iniciativas de restauração) são implementados entre regiões
	Monitoramento e avaliação sistema em lugar.
Resultado 9: (b) Boas práticas e abordagens são integradas no uso sustentável da terra (agricultura, água e vida selvagem e restauração em toda a região).	Boas práticas em diversas temáticas (agricultura, água e vida selvagem; e restauração) implementadas em toda a região

5.6 Quadro de resultados do PAN

Com base nos resultados relevantes após a análise e consulta às partes interessadas, foram concebidas ações. A seguinte Tabela 3 da estrutura é apresentada

Os indicadores foram retirados da tabela do Anexo 1 partilhada entre os países da SADC para padronização, tanto quanto possível. Isto permitirá o acompanhamento prático das ações implementadas em todos os países da SADC.

Tabela 3: Quadro de resultados do PAN de Moçambique

Resultado até 2030	Indicador	Alvo	Linha de base	Fonte de verificação	de	Orçamento em USD
Resultado 1: Aumenta a participação da sociedade civil, dos investigadores e do sector privado.	Número de grupos da sociedade civil (incluindo grupos locais ONGs) implementando o Estratégia GGW	54: Pelo menos um por distrito em áreas áridas e semiáridas	0	Relatórios de Reuniões de Partes Interessadas	de	
Resultado 1.1 OSC/ONG, investigadores e setor privado informados e envolvidos na implementação da estratégia GGWI	Número de organizações envolvidas no GGWI Número de programas de pesquisa e treinamento estabelecidos	54: Pelo menos um por distrito	0	Relatórios		1.754.000
Atividades		Atores/instituições-chave				
<ul style="list-style-type: none"> • Organizar reuniões com diversas partes interessadas para informação; • Realizar pesquisas no local sobre: <ul style="list-style-type: none"> ○ Espécies adaptadas em zonas semiáridas e áridas para restauração do solo (cultivos resistentes à seca e perenes) ○ Espécies adaptadas à pecuária; ○ Captação, armazenamento e gestão de água; ○ Transferência de tecnologia para comunidades/distritos beneficiários; • Trabalhar com OSCs e agricultores para implementar atividades de restauração em locais degradados 		MTA, INGD, MEF, IIAM, Organizações da Sociedade Civil, Setor Privado e Organizações Comunitárias IIAM, Universidades, INGD (DARIDAS), SDAE, SDPI, Sociedade Civil, Organizações Comunitárias				
Resultado 2: A vulnerabilidade dos ecossistemas aos efeitos ou impacto das alterações climáticas é reduzida.	Número, extensão e tipo de ecossistemas frágeis restaurados	Três tipos de ecossistema: Terrestre//floresta e pastagem e manguezal	0	Relatórios		

Resultado até 2030	Indicador	Alvo	Linha de base	Fonte de verificação	Orçamento em USD
Resultado 2.1 Medidas para a gestão sustentável da terra e combate à Desertificação, Degradação da Terra e Seca (DLDD) partilhadas, promovidas e implementadas	Número e tipo de medidas para SLM em DLDD implementadas (reduzindo a vulnerabilidade do ecossistema)	Pelo menos dois tipos de SLM bem-sucedidos (agricultura inteligente em termos climáticos, terraços, sistemas agroflorestais, entre outros)	Estar determinado	Relatórios	540.000
Atividades		Atores/instituições principais			
<ul style="list-style-type: none"> • Gerar linhas de base em SLM; • Mapear e avaliar áreas críticas para a erosão do solo • Monitorizar a degradação dos solos utilizando várias plataformas de observação da Terra, incluindo o quadro de vigilância da degradação dos solos (LDSF). • Produzir publicação sobre SLM e DLDD de sucesso (com pesquisadores) • Implementar uma Agricultura Climaticamente Inteligente bem-sucedida por distrito • Recompense a boa gestão do ecossistema 		Consultores, IIAM, Instituições de Investigação			
Resultado 2.2 Vulnerabilidade do ecossistema reduzida	Extensão e tipo de ecossistema frágil restaurado. Superfície de pastagens degradadas restaurada	Tipo: Ecossistemas terrestres (florestas/ripárias, savanas, pastagens) e manguezais 4 milhões de pastagens degradadas 1 milhão de hectares de floresta 4 milhões de hectares de pastagens	0	Relatório com mapas e números para estatísticas de M&A	157.662.500
Atividades		Atores/instituições-chave			
<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer sistemas de gestão florestal sustentáveis 		DINAF, SDAE, Organizações da Sociedade Civil, Organizações Comunitárias			

Resultado até 2030	Indicador	Alvo	Linha de base	Fonte de verificação	Orçamento em USD
<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer organizações comunitárias locais para gerir ecossistemas florestais Promover a silvicultura comunitária como fonte de rendimento para as comunidades locais Restaurar ecossistemas, áreas sob agricultura e produção pecuária climaticamente inteligentes; Estabelecer, operacionalizar e manter pontos de coleta e armazenamento de água Estabelecer sistemas de gestão de água para uso polivalente em uso doméstico, agricultura e pecuária Reforçar a proteção do ecossistema frágil (DNGRH, ARA, SDAE, SDPI, serviços de Água e Saneamento, FAO			
Resultado 3: A resiliência das comunidades aumenta contra o impacto das alterações climáticas.	Número e tipo de incentivos implementados a nível comunitário Número de comunidades apoiadas	Pelo menos três incentivos (para resposta imediata/curto prazo, médio prazo e longo prazo) 540 comunidades	0	Relatórios	
Resultado 3.1 Esquemas de incentivos sustentáveis a nível comunitário em vigor	Número e tipo de incentivos implementados em nível comunitário; Número de comunidades suportado	Pelo menos três incentivos (para resposta imediata/curto prazo, médio prazo e longo prazo) 540 comunidades	0	Relatórios Mapas e relatórios de M&A	500.000
Atividades		Atores/instituições-chave			
<ul style="list-style-type: none"> Criar e promover seguros baseados em condições meteorológicas para produtos agrícolas 		SDAE, SDPI, FAO, Sector Privado, BAD, Bancos Comerciais, Agências de Seguros, Empresários Locais			

Resultado até 2030	Indicador	Alvo	Linha de base	Fonte de verificação	Orçamento em USD
<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer um mecanismo de financiamento agrícola para apoiar os pequenos agricultores na comercialização Conceber e implementar um fundo de seguros para cobrir secas e outros eventos climáticos extremos Estabelecer infraestrutura verde para controle da erosão (por exemplo, cerca viva, cerca verde, cobertura verde) Usar a técnica SLM para prevenção da erosão (por exemplo, terraços, sistemas de drenagem de águas pluviais) 		SDAE, SDPI, INGD, Organizações da Sociedade Civil, Sector Privado, Organizações Comunitárias, FAO			
Resultado 3.2 Energia renovável sustentável utilizada pelas comunidades	Número e tipo de fontes alternativas de energia Número de domicílios que utilizam energia renovável sustentável	Pelo menos três??? (1) carvão vegetal sustentável proveniente de plantações florestais; 2) compactação de biomassa e resíduos culturais (peletização, briquetagem); 3) Microrrede solar para relâmpagos em vilas Pelo menos: 10 agregados familiares por distrito com rede solar; 540 famílias (10 por distrito) utilizando carvão sustentável proveniente de plantações florestais geridas; 540 famílias utilizam pellets e briquetes	0	Relatórios	875.000
Atividades		Atores/Instituições Chave			
<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento de produção de energia sustentável baseada em biomassa Identificar e implementar alternativas para fontes de energia com baixas emissões Conduzir a viabilidade da instalação de microrredes por distrito 		FUNAE, DINAf, SDAE, SDPI, Organizações comunitárias, Associações carvoeiras			

Resultado até 2030	Indicador	Alvo	Linha de base	Fonte de verificação	Orçamento em USD
<ul style="list-style-type: none"> • Instalar micro-redes solares por distrito para iluminar as aldeias alvo • Promover alternativa ao carvão vegetal: pellets e briquetes produzidos de forma sustentável 					
Resultado 3.3 Perda de gado e pastoreio excessivo reduzidos	Número de agricultores apoiados	1.080 criadores de gado (20 beneficiários por distrito)		Relatórios	2.325.000
Atividades		Atores/Instituições Chave			
<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer uma produção pecuária sustentável e um sistema de gestão de pastagens climaticamente inteligente • Treinar o agricultor em manejo de pastagens (incluindo sistema pastoril silvo) • Promover as melhores práticas na gestão sustentável da pecuária; • Disseminar capim forrageiro (espécies palatáveis) 	SDAE, SDPI, INGD, Organizações da Sociedade Civil, Sector Privado, Organizações Comunitárias, FAO				
Resultado 4: O apoio institucional e político é eficaz.	Número de política/documento revisado/atualizado	1 documento produzido	0	Relatórios	
Resultado 4.1 Políticas e ferramentas para gestão de dados harmonizadas	Número de políticas reformadas para serem de apoio	Uma política integrada/harmonizada	0	Um documento com políticas harmonizadas	1.530.000
Atividades		Atores/Instituições Chave			
<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer e acordar um mecanismo de coordenação interinstitucional • Estabeleça uma plataforma integrada de gerenciamento de banco de dados • Criar comitê de coordenação para GGWI • Monitorar, avaliar e relatar 	DINAB, FNDS, Unidade REDD+, INGD, Sociedade Civil,				

Resultado até 2030	Indicador	Alvo	Linha de base	Fonte de verificação	Orçamento em USD
Resultado 5: Os meios de subsistência das pessoas são diversificados e melhorados.	<p>Número e tipos de SLM bem-sucedido (para subsistência) promovido</p> <p>Número de pessoas com meios de subsistência diversificados</p> <p>Porcentagem de renda (aumento)</p>	<p>Pelo menos dois tipos de SLM promovidos (Agrossilvicultura // Viveiro de árvores florestais, CSA)</p> <p>3,5 milhões de pessoas</p> <p>Pelo menos 50%, mas a ser calculado posteriormente</p>			
Resultado 5.1 Integrar a gestão sustentável da terra (agricultura, água e vida selvagem) e iniciativas de restauração eficazes:	<p>Número e tipo de SLM implementados com sucesso (agricultura/pecuária, - água, energia, plantação florestal)</p> <p>Número de pessoas com meios de subsistência diversificados</p> <p>Aumento percentual da renda</p>	<p>Pelo menos dois tipos de SLM promovidos (Agrossilvicultura // Viveiro de árvores florestais, CSA)</p> <p>3,5 milhões de pessoas</p> <p>A ser calculado posteriormente</p>	0	Relatórios	23.250.000
Atividades		Atores/Instituições Chave			
<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer uma agricultura de conservação climaticamente inteligente, incluindo sistemas agroflorestais Promoção de culturas e variedades resistentes à seca 		SDAE, SDPI, FAO, Organizações da Sociedade Civil, Associações Comunitárias Locais			

Resultado até 2030	Indicador	Alvo	Linha de base	Fonte de verificação	Orçamento em USD
<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de culturas perenes e arbóreas • Estabelecer sistemas de irrigação eficientes em termos de água e adotar práticas de poupança de água para aumentar a disponibilidade, a equidade e a segurança da água • Desenvolver e promover técnicas pós-colheita para reduzir as perdas de alimentos • Aumentar e diversificar a produção agrícola; • Implementar as melhores práticas de CSA na agricultura a nível comunitário; • Aumentar a adoção de culturas perenes e resistentes à seca pelas comunidades • Promover sistemas agroflorestais para sistemas integrados de uso da terra e múltiplos produtos e serviços 					
Resultado 5.2 Ecoempreendedorismo e negócios verdes desenvolvidos	Número de comunidades com negócios verdes (com planos de negócios desenvolvidos e implementados)	Pelo menos 10 comunidades por distrito selecionado implementam negócios verdes	0		2.200.000
Atividades		Atores/Instituições Chave			
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar produtos/serviços estratégicos para acrescentar valor a promover (por exemplo, mel, ecoturismo, frutos silvestres, castanha de caju, processamento de mandioca, outros vegetais, carvão/briquetes sustentáveis). • Mapear mercados potenciais e estabelecer ligações entre produtos/serviços e mercados • Desenvolver planos de negócios com base em produtos valiosos identificados 		Consultores, Comissão de Coordenação, Sector Privado, Empresários Locais, Parques Nacionais, Associações de Produção de Mel, Instituto Nacional de Amêndoas			

Resultado até 2030	Indicador	Alvo	Linha de base	Fonte de verificação	Orçamento em USD
<ul style="list-style-type: none"> Treinar agricultores para implementar produtos orientados para o mercado (com base no plano de negócios) Apoiar e direcionar mulheres e jovens 					
Resultado 6: As sinergias com outros Acordos Ambientais Multilaterais (AMA) e processos são melhoradas.	Quantidade de fundos mobilizados	Pelo menos US\$ 10.000.000 por ano			
Resultado 6.1 Financiamento sustentável para a desertificação, degradação dos solos e secas (DLDD) obtido e entregue para implementação	Número de processos desenvolvidos com MEAs	Pelo menos um processo elaborado para atingir os 10 milhões de dólares por ano	0	Relatórios	100.000
Atividades	Atores/instituições-chave				
<ul style="list-style-type: none"> Preparar e enviar a nota conceitual e o projeto para mobilização de recursos financeiros Estabelecer um plano de desembolso alinhado com as atividades 	FNDS, INGD, Comité de Coordenação GGWI, DINAB				
Resultado 7: A área de degradação da terra na África Austral é quantificada e a extensão do custo é avaliada.	Número de estudos realizados	Pelo menos 2: um para quantificação do solo e outro para custo			
Resultado 7.1 Dados adequados sobre a extensão da degradação para informar as atividades de restauração disponíveis	Número de estudo e publicação	Dois estudos e duas publicações	0	Relatórios	1.070.000
Atividades	Atores/Instituições Chave				
<ul style="list-style-type: none"> Atualizar o Mapa dos focos de degradação do solo a nível nacional Estabelecimento de um banco de dados com informações sobre tecnologias, conhecimentos, lições e práticas de ecossistemas verdes em zonas áridas e semiáridas 	FNDS, DINAB, DNTDT, DMC, Ponto Focal UNDDC				

Resultado até 2030	Indicador	Alvo	Linha de base	Fonte de verificação	Orçamento em USD
<ul style="list-style-type: none"> Integração da ecologização da paisagem nacional no GGWI regional da SADC Integração da ecologização nacional nos relatórios nacionais da UNCCD e da LDN, da UNFCCC e da CDB 					
Resultado 8: A gestão do risco de seca está operacional, com sistemas de alerta precoce e programas de redes de segurança implementados.	Número e tipo de EWS				
Saída 8.1 Multi-risco Integrado Sistema de alerta precoce em vigor	<p>Número e tipo de tecnologia/ferramentas</p> <p>Número de sistemas de alerta precoce baseados em comunidades estabelecidos</p>	<p>Foi estabelecido um EWS integrado, multissetorial e multiriscos</p> <p>A ser determinado posteriormente</p>	A definir	Relatórios	1.000.000
Atividades		Atores/Instituições Chave			
<ul style="list-style-type: none"> Consolidar a estratégia de risco de seca e o quadro de comunicação com as principais partes interessadas Desenvolver um sistema de alerta precoce multiriscos que abranja todos os sectores relevantes com monitorização de perigos climáticos Desenvolver um protocolo de comunicação sistemático para traduzir mensagens técnicas em mensagens fáceis de usar (setoriais, culturais e linguísticas) Reforçar a capacidade das instituições de alerta precoce, para melhorar a preparação para emergências, os riscos de catástrofes e as capacidades de resposta em todos os sectores (telemetria, sistemas sísmicos, estações meteorológicas automatizadas, protocolo de alerta comum) 		INGD (DARIDAS, CENOE), INAM, SDPI, SDAE, DNGRH, Comunicação Social			

Resultado até 2030	Indicador	Alvo	Linha de base	Fonte de verificação	Orçamento em USD
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver capacidade para monitorizar os riscos climáticos e de catástrofes nas instituições relevantes. Treinar as partes interessadas em sistemas de alerta precoce (incluindo comunidades) 					
Resultado 8.2 Programas de redes de segurança protegidos	Número da rede de segurança programas; Número de pessoas suportado	Pelo menos três (programa de rede de segurança imediato, médio e longo prazo) 3,5 milhões de pessoas	Estar determinado	Relatórios	1.500.000
Atividades		Atores/Instituições Chave			
<ul style="list-style-type: none"> Projetar e desenvolver programas de redes de segurança para as pessoas mais vulneráveis, respondendo às suas necessidades Integrar a rede de segurança na política de segurança social existente para garantir a sustentabilidade Responda à emergência com um programa de rede de segurança imediato Implementar uma resposta rápida da rede de segurança a curto prazo Desenvolver o programa de rede de segurança a médio prazo (incluindo atividades de restauração/para terras, para água, para florestas com base nas necessidades da comunidade) 		MGCAS (INAS), INGD, INAM, SDPI, SDAE, DNGRH			
Resultado 9 a): Sistemas são estabelecidos para compartilhar informações e conhecimentos facilitando o trabalho em rede	Número e tipos de ferramentas utilizadas para compartilhar informações.	Pelo menos dois (audiovisual; mídia impressa)			
Resultado 9.1 a) Ferramentas de comunicação disponíveis para compartilhar informações e conhecimentos	Número e tipos de ferramentas utilizadas para compartilhar informações.	Pelo menos dois (mídia audiovisual e impressa) Pelo menos 10 programas produzidos e veiculados	0	Relatórios	1.050.000

Resultado até 2030	Indicador	Alvo	Linha de base	Fonte de verificação	Orçamento em USD
Atividades		Atores/instituições-chave			
<ul style="list-style-type: none"> • Produzir mensagens de comunicação para promover paisagens verdes em zonas áridas e semiáridas, e traduzir as mensagens para as línguas locais e formato em cal do meio de comunicação; • Estabelecer 10 programas de comunicação em meios de comunicação nacionais e comunitários (jornal, rádio, TV) e redes sociais (whatsapp, facebook, instagram, twiter, etc) 		Midia (Rádios Comunitárias, Rádio Moçambique, TVM, STV, TVLimpopo), SDPI, SDAE			
Resultado 9 b): Melhores práticas e abordagens para serem integradas na gestão sustentável da terra (agricultura, água e vida selvagem, e iniciativa de restauração em toda a região).	Número e tipo de melhores práticas integradas e implementadas	Pelo menos três (CSA, Agrofloresta, pecuária)			
Resultado 9.2 Melhores práticas em diversas temáticas (agricultura, água e vida selvagem; e restauração) implementado em toda a região integrado	Número de diretrizes manuais/filmes sobre as melhores práticas em SLM	Pelo menos cinco (05) manuais/filmes, um por setor (agricultura, pecuária, energia, restauração, vida selvagem) Diretriz manual para capacitação e aumento de resiliência em comunidades áridas.	0	Relatórios	14.950.000
Atividades		Atores/Instituições Chave			
<ul style="list-style-type: none"> • Organizar visitas de intercâmbio entre comunidades • Produzir diretrizes manuais para apoiar a implementação do desenvolvimento das atividades-chave do GGWI; • Traduzir as diretrizes do manual nos idiomas locais e publicá-las • Desenvolver pacotes de mídia, como programas de TV e rádio em SLM 		IIAM, Universidades, INGD (DARIDAS), SDAE, SDPI, Sociedade Civil, Organizações Comunitárias, Comunicação Social			

Resultado até 2030	Indicador	Alvo	Linha de base	Fonte de verificação	Orçamento em USD
<ul style="list-style-type: none"> Realizar campanhas de sensibilização (utilizando um pacote de meios de comunicação social) para a ecologização das paisagens em zonas áridas e semi-áridas; 					

A Tabela 4 a seguir resume o orçamento:

Tabela 4: Resumo do orçamento do PAN

Resultado até 2030	Orçamento em USD
Resultado 1: Aumenta a participação da sociedade civil, dos investigadores e do sector privado.	1.754.000
Resultado 1.1 OSC/ONG, investigadores e setor privado informados e envolvidos na implementação da estratégia GGWI	1.754.000
Resultado 2: A vulnerabilidade dos ecossistemas aos efeitos ou impacto das alterações climáticas é reduzida.	158.202.500
Resultado 2.1 Medidas para a gestão sustentável da terra e combate à Desertificação, Degradação da Terra e Seca (DLDD) partilhadas, promovidas e implementadas	540.000
Resultado 2.2 Vulnerabilidade dos ecossistemas reduzida	157.662.500
Resultado 3: A resiliência das comunidades aumenta contra o impacto das alterações climáticas.	3.700.000
Resultado 3.1 Esquemas de incentivos sustentáveis a nível comunitário em vigor	500.000
Resultado 3.2 Energia renovável sustentável utilizada pelas comunidades: Carvão, pellets e briquetes produzidos de forma sustentável	875.000
Resultado 3.3 Perda de gado e pastoreio reduzido;	2.325.000
Resultado 4: O apoio institucional e político é eficaz.	1.530.000
Resultado 4.1 Políticas e ferramentas para gestão de dados harmonizadas	1.530.000
Resultado 5: Os meios de subsistência das pessoas são diversificados e melhorados.	25.450.000
Resultado 5.1 Integrar a gestão sustentável da terra (agricultura, água e vida selvagem) e iniciativas de restauração eficazes: Aumento e diversificação da produção agrícola;	23.250.000
Resultado 5.2 Ecoempreendedorismo e negócios verdes desenvolvidos: Planos de negócios desenvolvidos; Produtos e serviços de valor acrescentado; Mercados estabelecidos;	2.200.000
Resultado 6: As sinergias com outros Acordos Ambientais Multilaterais (AMA) e processos são melhoradas.	100.000
Resultado 6.1 Financiamento sustentável para a desertificação, degradação dos solos e secas (DLDD) obtido e entregue para implementação	100.000
Resultado 7: A área de degradação da terra na África Austral é quantificada e a extensão do custo é avaliada.	1.070.000
Resultado 7.1 Dados adequados sobre a extensão da degradação para informar as atividades de restauração disponíveis	1.070.000
Resultado 8: A gestão do risco de seca está operacional, com sistemas de alerta precoce e programas de redes de segurança implementados.	2.500.000

Resultado 8.1 Sistema Integrado de Alerta Prévio de Riscos Múltiplos em vigor	1.000.000
Resultado 8.2 Programas de rede de segurança protegidos	1.500.000
Resultado 9 a): Sistemas são estabelecidos para compartilhar informações e conhecimentos facilitando o trabalho em rede	5.000.000
Resultado 9.1 a) Ferramentas de comunicação disponíveis para compartilhar informações e conhecimentos	5.000.000
Resultado 9 b): Melhores práticas e abordagens para serem integradas na gestão sustentável da terra (agricultura, água e vida selvagem, e iniciativa de restauração em toda a região).	
Resultado 9.2 b) Melhores práticas em diversas áreas temáticas (agricultura, água e vida selvagem; e restauração) implementadas; Visitas de intercâmbio para membros da comunidade e extensionistas para aprenderem fazendo nas comunidades parceiras;	5.000.000
Total	204.306.500

5.7 Riscos e gestão

O GGWI tem pontos de entrada importantes e estratégicos em Moçambique, uma vez que existe um quadro de políticas e estratégias sectoriais alinhadas com a iniciativa. No entanto, existem riscos políticos, técnicos e ambientais a considerar, conforme indicado na Tabela 5 seguinte.

A sustentabilidade da iniciativa reside na sua capacidade de ser incluída, aceite e adoptada pelos principais intervenientes. A visão do GGWI como um projecto pode ser a maior ameaça para a sustentabilidade se as partes interessadas locais considerarem o GGWI como um projecto e não como uma iniciativa para aumentar a sua capacidade de desenvolver negócios sustentáveis e aumentar a sua capacidade de construir resiliência e capacidade de adaptação às alterações climáticas.

Tabela 5: Risco e gestão

Risco	Nível	Gestão de riscos
Eventos climáticos extremos com potencial para secas e inundações graves (destruição de infra-estruturas)	Moderado a alto	<ul style="list-style-type: none"> ● Adaptação de acordo com a ocorrência do evento ● Adoção de infraestruturas melhoradas e mais resilientes. ● Continuar e aprimorar os sistemas de alerta precoce ● Seleção do local ● Integração da comunidade na gestão da infraestrutura
Alta rotatividade de funcionários do governo, com mudanças na configuração das instituições e nos funcionários do governo	Baixo	<ul style="list-style-type: none"> ● Estabelecimento de suporte técnico permanente ● Treinamento contínuo em vários níveis para garantir o planeamento sucessório
Baixa adoção de tecnologias pelas comunidades locais	Médio a baixo	<ul style="list-style-type: none"> ● Memorandos de entendimento assinados com os implementadores do projeto, envolvendo as comunidades ● O fortalecimento da participação local ● Uso de agricultores campeões para promover a adoção ● Capacitação em vários níveis institucionais para a sustentabilidade. ● Desenvolvimento de abordagem participativa e, ● Integração do aspecto cultural ● Respeito pelas relações de género e de poder

		<ul style="list-style-type: none"> ● Amplas consultas com parceiros locais, técnicos e financeiros
<p>Falta de recursos (fraca mobilização de recursos)</p> <p>As prioridades na arena internacional podem mudar, criando dificuldades de acesso aos fundos internacionais de desenvolvimento</p>	Médio	<ul style="list-style-type: none"> ● Multiplicando a mobilização de recursos (fundos) ● Identificando opção de negócio ● Procurando a participação do setor privado. ● Criar capacidade para mais entidades receptoras de financiamento climático.
<p>Interesse limitado das partes interessadas</p>	Baixo	<ul style="list-style-type: none"> ● Comunicação contínua com autoridades administrativas ● Consultas com as principais partes interessadas e instituições-chave (autoridades tradicionais)
<p>Falta de apropriação e compromisso do Governo para assumir a liderança</p>	Médio	<ul style="list-style-type: none"> ● Em busca do lançamento oficial do Plano ● Integração do PAN nas prioridades do Governo ● Dedicar recursos internos (técnicos e fundos) para arrancar com o PAN

5.9 Mobilização de recursos

O GGWI é uma iniciativa da SADC, portanto, espera-se que uma parte considerável dos recursos seja mobilizada colectivamente a nível da SADC para apoiar os países participantes na concretização dos seus planos. Além disso, porque parte das actividades do GGWI é principalmente de interesse nacional, espera-se também que Moçambique mobilize recursos para apoiar a implementação do PAN. Como regra geral, é um requisito que o GGWI esteja alinhado com as prioridades nacionais de desenvolvimento e tenha sido retratado como prioritário nos instrumentos nacionais para os acordos bilaterais e multilaterais.

Nacional

A nível nacional, os recursos podem ser mobilizados através de três canais principais:

Orçamento do Estado: esta é a principal fonte de financiamento das actividades de desenvolvimento nacional em Moçambique. Alcançar estes recursos exige que as actividades do GGWI sejam integradas nas prioridades de desenvolvimento nacional através do respectivo sector (ou através dos governos locais) e submetidas ao Ministério da Economia e Finanças.

Fundo de Desenvolvimento Nacional Sustentável (FNDS): é uma fonte de fundos para implementar prioridades de desenvolvimento sustentável, em linha com os ODS em Moçambique. O fundo está em condições de mobilizar recursos a nível nacional e internacional

e prestar apoio às prioridades nacionais. Requer que as atividades do GGWI sejam integradas nas prioridades de desenvolvimento nacional, em linha com as metas e indicadores dos ODS.

Biofundo: esta é a principal fonte de fundos para a conservação natural e protecção da biodiversidade em Moçambique. As atividades do GGWI que se enquadram nas áreas de conservação (incluindo zonas tampão) são candidatas a financiamento através deste fundo.

Multilateral

Moçambique é signatário de acordos ambientais multilaterais, incluindo as três Convenções do Rio (UNCCD, CBD e UNFCCC). Como tal, Moçambique é candidato a diferentes mecanismos de financiamento estabelecidos para apoiar a implementação destes acordos. O Fundo Ambiental Global, o Fundo Verde para o Clima, o Fundo de Adaptação e o Fundo de Adaptação para os Países Menos Desenvolvidos são exemplos destes fundos que podem ser abordados. O alinhamento com as principais prioridades estabelecidas nestes fundos e com as prioridades nacionais estabelecidas através dos instrumentos nacionais destas convenções é necessário para aceder aos fundos.

Bilateral

Moçambique tem acordos bilaterais com diferentes países e organizações internacionais para apoiar a agenda de desenvolvimento. O trabalho de campo revelou que os parceiros de desenvolvimento têm financiado iniciativas em zonas áridas e semiáridas. Há um grande potencial para aproveitar as experiências existentes e promover as atividades do GGWI como um ganho adicional para aumentar o impacto das experiências existentes.

5.10 Monitoria e avaliação

Foi desenvolvida uma estrutura de Monitoria e Avaliação (M&A) para garantir um relatório completo e eficaz durante a implementação do PNA GGW. O quadro destaca os resultados e resultados do PAN com as instituições responsáveis pela implementação das atividades dentro de um período especificado. O quadro relembra os indicadores, e tenta definir onde a ação será implementada com o responsável pela análise dos dados>

Tabela 6. Quadro de monitorização e avaliação

Resultado até 2030	Indicador ¹⁴	Método ¹⁵	Localização ¹⁶	Periodicidade/ Frequência ¹⁷	Quem irá monitorar	Linha de base	2.024	2.025	2.026	2.027	2.028	2.029	2.030
Resultado 1: Aumenta a participação da sociedade civil, dos investigadores e do sector privado.	Número de grupos da sociedade civil (incluindo ONG locais) que implementam a Estratégia GGW; Número de organizações envolvidas no GGWI	Relatórios, publicação,	Nível nacional, provincial e distrital	Anualmente	OSC ONG Setor privado Pesquisar instituições	0							
Resultado 1.1: OSC/ONG, pesquisadores, e privado setor informado e noivo em GGW estratégia implementação.	Número de organizações envolvidas no GGWI Número de programas de pesquisa e treinamento estabelecidos	Relatórios, publicação,	Nível nacional, provincial e distrital	Anualmente	OSC ONG Setor privado Pesquisar instituições	0							
Resultado 2: A vulnerabilidade dos ecossistemas aos efeitos ou impacto das alterações climáticas é reduzida.	Número de vulneráveis ecossistema restaurado	Estatísticas e mapas de áreas e beneficiários da iniciativa	Nível distrital, Base de dados on-line,	A cada 2 anos	Consultor								
Resultado 2.1: Medidas para sustentável terra gerenciamento e combatendo de Desertificação Terra Degradação e Seca (DLDD) compartilhado, promovido, e implementado.	Número e tipo de medidas para SLM em DLDD implementadas (reduzindo a vulnerabilidade do ecossistema)	Relatórios, estatísticas, mapas	Nível distrital, Base de dados on-line	A cada 2 anos	Consultores HEI, IIAM, FNDS (Unidade MRV REDD+)	0							

¹⁴ O que você vai medir?

¹⁵ Como você medirá?

¹⁶ Onde será feito o monitoramento?

¹⁷ Prazo e frequência da coleta de dados

Resultado até 2030	Indicador ¹⁴	Método ¹⁵	Localização ¹⁶	Periodicidade/ Frequência ¹⁷	Quem irá monitorar	Linha de base	2.024	2.025	2.026	2.027	2.028	2.029	2.030
Resultado 2.2: Vulnerabilidade de ecossistemas reduzido.	Extensão e tipo de ecossistema frágil restaurado. Superfície de pastagens degradadas restaurada	Mapa, Estatísticas Estatísticas, mapas	Nível distrital, nível de ecossistema, Base de dados on-line	A cada 2 anos	Consultores HEI, IIAM, FNDS (Unidade MRV REDD+)	A definir							
Resultado 3: A resiliência das comunidades aumenta contra o impacto das alterações climáticas.	Número de comunidades suportado Número de vulneráveis pessoas apoiadas	Relatório de beneficiários, entrevistas, observações de campo e estatísticas	Nível nacional, distritos seleccionados, comunidades e agregados familiares beneficiários	A cada 2 anos		0							
Resultado 3.1: Sustentável nível comunitário incentivo esquemas em lugar.	Número e tipo de incentivos implementados em nível comunitário; Número de comunidades suportado	Relatórios, comunidades beneficiárias, entrevistas, observações diretas	Nível de comunidade/distrito	A cada 2 anos	Consultor, OSC	0							
Resultado 3.2: Energia renovável sustentável utilizada pelas comunidades	Número e tipo de fontes alternativas de energia Número de domicílios que utilizam energia renovável sustentável	Relatórios, Entrevistas com beneficiários	Nível distrital, Nível familiar	A cada 2 anos	Consultor, OSC								
Resultado 3.3: Perda de gado e pastoreio reduzido	Número de agricultores apoiados	Relatórios, Entrevistas com beneficiários	Nível distrital, Nível familiar	A cada 2 anos	Consultor, OSC								
Resultado 4: O apoio institucional e político é eficaz.	Número da política apoiando o GGWI	Relatórios do comité de coordenação, documentos políticos e percepção das principais partes interessadas e beneficiários	Nível nacional, provincial e distrital	Na avaliação intercalar e final	Consultor MTR e FR	0							
Resultado 4.1: Harmonizadas políticas e	Número de políticas reformadas para serem de apoio	Avaliação de documentos políticos	nível nacional	No ano 1 e no ano final	Consultor	0	1						1

Resultado até 2030	Indicador ¹⁴	Método ¹⁵	Localização ¹⁶	Periodicidade/ Frequência ¹⁷	Quem irá monitorar	Linha de base	2.024	2.025	2.026	2.027	2.028	2.029	2.030
ferramentas para dados gerenciamento em lugar.													
Resultado 5: Os meios de subsistência das pessoas são diversificados e melhorados.	Número de planos de negócios comunitários desenvolvidos e implementados; Rendimento de valor monetário gerado pela venda de bens e serviços a nível comunitário	Avaliação do índice de diversidade (culturas, variedades, pecuária, atividades de geração de renda, etc.), renda dos beneficiários, condições de vida, segurança alimentar, acesso à água e energia limpa	Nível nacional, distritos seleccionados, comunidades e agregados familiares beneficiários	A cada 2 anos	Consultor, Setor privado, OSC	0							
Resultado 5.1: Integrado sustentável terra gerenciamento (agricultura, água e vida selvagem) e iniciativas de restauração eficazes .	Número e tipo de SLM implementados com sucesso (agricultura/pecuária, - água, energia, plantação florestal) Número de pessoas com meios de subsistência diversificados Aumento percentual da renda	Relatórios, estatísticas, mapas, entrevistas domiciliares	Nível distrital, nível familiar	A cada 2 anos	Consultor, FNDS (Unidade REDD+ MRV), MADER, MOPHRH	0 0							
Resultado 5.2: Ecoempreendedorismo e negócios verdes desenvolvidos	Número de comunidades com negócios verdes (com planos de negócios desenvolvidos e implementados)	Relatórios, estatísticas, mapas, entrevistas com empresários	Nível distrital/comunitário	Anualmente	Consultor, Setor privado	0							
Resultado 6: As sinergias com outros Acordos Ambientais Multilaterais (AMA) e processos são melhoradas.	Quantidade de fundos mobilizado	Verificar os relatórios nacionais actualizados para a região (SADC) e MEA, incluindo estatísticas e informações geradas através do GGWI, e o montante dos recursos financeiros mobilizados a partir do MEA e de iniciativas regionais	Nível nacional, distritos seleccionados, relatórios, MEA e escritórios regionais	Anualmente		0							

Resultado até 2030	Indicador ¹⁴	Método ¹⁵	Localização ¹⁶	Periodicidade/ Frequência ¹⁷	Quem irá monitorar	Linha de base	2.024	2.025	2.026	2.027	2.028	2.029	2.030
							10 milhões	10 milhões	10 milhões	110 milhões	50 milhões	10 milhões	10 milhões
Resultado 6.1: Sustentável financiamento para desertificação, terra degradada, e seca (DLDD) obtida	Número de processos desenvolvidos com MEAs	Relatórios Orçamento do Estado Organizações internacionais	nível nacional	Anualmente	MEF FNDS Setor privado OSC	0	10 milhões	10 milhões	10 milhões	110 milhões	50 milhões	10 milhões	10 milhões
Resultado 7: A área de degradação da terra na África Austral é quantificada e a extensão do custo é avaliada.	Número de estudo conduzido	Mapas e estatísticas de degradação do solo, SLM, SFM, Restauração	Banco de dados acessível online, Relatórios acessíveis online	Anualmente	FNDS (Unidade REDD+ MRV), IIAM, IES	0							
Resultado 7.1: Adequado dados sobre o extensão de degradação para informar atividades de restauração disponível.	Número de estudo e publicação	Pelo menos um mapa e estatísticas atualizados por ano com cobertura GGW	Banco de dados atualizado, mapa cobrindo todos os distritos semiáridos	Anualmente	FNDS (Unidade REDD+ MRV), IIAM, IES	0							
Resultado 8: A gestão do risco de seca está operacional, com sistemas de alerta precoce e programas de redes de segurança implementados.	Número e tipo de tecnologia (em vigor); Número de procedimentos (melhorado); Número de programas de redes de segurança; Número de pessoas apoiadas	Verificar a eficácia do EWS em zonas áridas e semiáridas, a qualidade da informação, o acesso à informação de alerta precoce aos principais sectores e partes interessadas	Nível nacional, distritos seleccionados, relatórios, intervenientes nos meios de comunicação social	Anualmente	INGD	0							
Resultado 8.1: Sistema integrado de alerta precoce de múltiplos riscos em vigor	Número e tipo de tecnologia/ferramentas Número de sistemas de alerta precoce baseados em comunidades estabelecidos Número de pessoas abrangidas pelo SAR	Relatórios, sistema EWS multiriscos operacional, com fornecimento de informações adequadas para zonas áridas, entrevistas com líderes comunitários e moradores	Nível nacional, distritos semiáridos, comunidades, agregados familiares	Anualmente	INGD	0							

Resultado até 2030	Indicador ¹⁴	Método ¹⁵	Localização ¹⁶	Periodicidade/ Frequência ¹⁷	Quem irá monitorar	Linha de base	2.024	2.025	2.026	2.027	2.028	2.029	2.030
Resultado 8.2: Programa de rede de segurança garantido	Número da rede de segurança programas; Número de pessoas suportado	Relatórios, entrevistas com beneficiários	Nível nacional, distritos semiáridos, comunidades, agregados familiares	Anualmente	MGCAS	0							
Resultado 9a): (a) Sistemas são estabelecidos para compartilhar informações sobre diversas iniciativas e conhecimentos, facilitando o trabalho em rede	Número de programas com conteúdos de apoio ao desenvolvimento de paisagens verdes produzidos e veiculados, difundidos ou publicados em meios de comunicação públicos e sociais; Número de membros da comunidade que visitam outras comunidades para trocar experiências; Número de campanhas de sensibilização pública implementadas; Número de programas de pesquisa e treinamento estabelecidos; Quantidade de pacotes tecnológicos implantados nas comunidades; Número de distritos que adoptam uma abordagem integrada para promover SLM	Relatórios das visitas, Comunidades beneficiárias Adequação dos pacotes tecnológicos implantados	Nível nacional, distritos seleccionados, comunidades participantes	Anualmente	IIAM, INGD, Consultor, CSO, partes interessadas na comunicação social	0							
Resultado 9 (a) Sistemas são estabelecido para compartilhamento informações sobre diversas iniciativas e conhecimentos facilitando o networking	Número e tipos de ferramentas utilizadas para compartilhar informações.	Relatórios, Meios de comunicação, Mídia	Nível nacional, distritos em zonas semiáridas, cobertura mediática	Anualmente	Consultor, Partes interessadas da mídia	0							
Resultado 9.1 a) Ferramentas de comunicação disponíveis para compartilhar	Número e tipos de ferramentas utilizadas para compartilhar informações.	Relatórios, Meios de comunicação, Mídia	Nível nacional, distritos em zonas semiáridas, cobertura mediática	Anualmente	Consultor, Partes interessadas da mídia	0							

Resultado até 2030	Indicador ¹⁴	Método ¹⁵	Localização ¹⁶	Periodicidade/ Frequência ¹⁷	Quem irá monitorar	Linha de base	2.024	2.025	2.026	2.027	2.028	2.029	2.030
informações e conhecimentos													
Resultado 9 b): Melhores práticas e abordagens para serem integradas na gestão sustentável da terra (agricultura, água e vida selvagem, e iniciativa de restauração em toda a região).	Número e tipo de melhores práticas integradas e implementadas	Manuais, diretrizes, cobertura da mídia	Nível distrital, comunidades beneficiárias	Anualmente	IIAM, CSO, INGD, MOPHRH, MTA	0							
Resultado 9.2 Melhores práticas em diversas temáticas (agricultura, água e vida selvagem; e restauração) implementadas em toda a região integradas	Número de diretrizes manuais/filmes sobre as melhores práticas em SLM	Manuais, diretrizes, cobertura da mídia	Nível distrital, comunidades beneficiárias	Anualmente	IIAM, CSO, INGD, MOPHRH, MTA	0							
Relatório de linha de base				Na lágrima inicial									
Avaliação Intercalar				Médio prazo									
Avaliação final				Último ano									

6. ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA O NAP GGWI

Para uma implementação eficaz do PAN, pressupõe-se que exista um acordo institucional e uma coordenação. As lições aprendidas com a implementação de programas e projectos anteriores estipularam a necessidade de haver eficácia institucional. Isto respeitará as mudanças dentro dos vários Ministérios para evitar complicações na coordenação. A Tabela 7 propõe a estrutura do arranjo e composição dentro de cada unidade.

Tabela 7: Arranjo institucional proposto para a implementação do PAN

Estrutura/Unidade	Composição	Papel
Coordenação	MTA (DINAB, através do ponto focal do GGWI ou do diretor da DINAB)	Coordenação geral e gestão do GGWI; Integração com as convenções da SADC e da UA, Biodiversidade, Seca e Desertificação e Alterações Climáticas; Acesso e direitos à terra e gestão da terra; Manejo Florestal Sustentável (florestas naturais)
Comitê de Direção Técnica	MTA (DINAF, DMC, DNTDT, ANAC, ponto focal CBD, ponto focal UNFCCC, ponto focal UNCCD) INGD (DARIDAS) IIAM Instituto Nacional de Amêndoas IES (agricultura, silvicultura, desenvolvimento rural) MADER (Agricultura Familiar, Agricultura Comercial, Extensão Rural) MOPHGRH (Setor de Gestão de Água) FUNAE Sociedade civil Setor privado Governos locais (provinciais e distritais)	Apoio técnico ao planeamento e actividades do GGWI: Coordenação intersectorial, tais como (i) Serviços de extensão e integração do GGWI nas políticas de desenvolvimento agrícola; (ii) Desenvolvimento de políticas agrícolas e integração do GGWI nas prioridades nacionais; Silvicultura (plantações florestais e sistemas agroflorestais); (iii) Gestão de recursos hídricos, infra-estruturas para controlo da erosão do solo (por exemplo, terraços, sistemas de drenagem de água); (iv) Integração da redução do risco de desastres, incluindo sistemas de alerta precoce, comités locais para a redução do risco de desastres e iniciativas de desenvolvimento de zonas áridas; (v) Pesquisa e inovação e desenvolvimento de pacotes tecnológicos para espécies e culturas resistentes à seca; silvicultura, silvicultura, sistemas agroflorestais
Coordenação financeira	MEF FNDS	Gestão financeira, mobilização de recursos e integração do GGWI nas contas nacionais; Gestão financeira (compras e relatórios financeiros)
Apoio técnico e mobilização de recursos	Todas as partes interessadas no PAN, como nós: SADC, AUC, FAO, UNCCD, PNUD, BAD	Apoio financeiro e mobilização, apoio técnico em Agricultura Inteligente para o Clima, GFS, produção sustentável de energia de biomassa, SLM, desenvolvimento de negócios e de mercado
Partes interessadas locais	Governo distrital (SDPI, SDAE) (coordenação local e apoio técnico) Organizações da sociedade civil Comités locais Setor privado	Agências implementadoras, Apoio técnico local, Comunidades beneficiárias

Monitoramento e avaliação	Todos os doadores financeiros e/ou comitês técnicos	Monitoramento e avaliação
----------------------------------	---	---------------------------

7. REFERÊNCIAS

Alba C.A. 2016. Avaliação da variação da composição florística em diferentes regimes de uso florestal e em função da mudança da cobertura florestal em Manica. Master Thesis in Biodiversity Conservation. Eduardo Mondlane University. Maputo, Mozambique.

Argola, J. (2004): Causas de mudança de cobertura florestal na região do Corredor da Beira. Tese de Licenciatura em Engenharia Florestal. Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Mozambique.

Bai ZG, Dent DL, Olsson L and Schaepman ME (2008): Global assessment of land degradation and improvement. 1. Identification by remote sensing. Report 2008/01, ISRIC – World Soil Information, Wageningen

Bruna, N. (2019): “Land of Plenty, Land of Misery: Synergetic Resource Grabbing in Mozambique.” *Land* 8 (8): 113. <https://doi.org/10.3390/land8080113>.

Burgess N, D’Amico Hales J, Underwood E, Dinerstein E, Olson D, Itoua I, Schipper J, Ricketts T, Newman K (2004): Terrestrial Ecoregion of Africa and Madagascar. A conservation Assessment. World Wildlife Fund/Inland Press, Washington.

Centro de Estudos de Agricultura e Gestão de Recursos Naturais (CEAGRE) (2020) Relatório de Atualização Bienal (BUR) à Convenção Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas (UNFCCC). Relatório Final. 250p. Ministério da Terra e Ambiente. Maputo.

Centro de Estudos de Agricultura e Gestão de Recursos Naturais (CEAGRE) and Winrock International (2016): Identificação e análise dos agentes e causas directas e indirectas de desmatamento e degradação florestal em Moçambique. Relatório final. CEAGRE, Maputo. 33p.

Dos Santos Isaías, D.H., Cuamba, B.C. and Leão, A.J. (2019): A Review on Renewable Energy Systems for Irrigation in Arid and Semi-Arid Regions. *Journal of Power and Energy Engineering*, 7, 21-58. <https://doi.org/10.4236/jpee.2019.710002>.

Egas AF, Ren P Zhang J. Júnior UE Bila, NF and Siteo EC. (2013): Avaliação do volume explorado e da exploração madeireira ilegal na floresta natural moçambicana. Maputo; Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, Universidade Eduardo Mondlane

Egas AF, Ren P Zhang J. Júnior UE Bila, NF and Siteo EC. (2018): Combater as discrepâncias nos dados do comércio de madeira comparando a China e Moçambique. Maputo: IIED.

Falcão, M. P., Bila, A., and Remane, I. (2013): Avaliação das perdas de receitas devido a exploração e comércio ilegal de madeira em Moçambique no período 2003–2013. Technical report. Maputo: WWF-Mozambique.

FAO and WRI. (2019): The road to restoration: A Guide to Identifying Priorities and Indicators for Monitoring Forest and Landscape Restoration.

FAO, AUC, SADC (2022): Towards a continental leadership on environmental data. Africa Open Data for Environment, Agriculture and Land & Africa's Great Green Wall (Open D.E.A.L).

Gelcer E. and Perondi D. (2018): Influence of El Niño-Southern oscillation (ENSO) on agroclimatic zoning for tomato in Mozambique January 2018 *Agricultural and Forest Meteorology* 248:316-328, DOI: 10.1016/j.agrformet.2017.10.002

Grinand C, Bégué A, Monfort F, Leroux L, and Randrianarivo T. (2018): An analysis of Land Use Change and Land Degradation in Mozambique. Land Use Planning for Enhanced Resilience of Landscapes (LAUREL) project. Final Technical Report. NITIDAE & CIRAD. 56p

Hyde M, Wursten B, Ballings P, Coates Palgrave M (2021): Flora of Mozambique: Home page. <https://www.mozambiqueflora.com/>

Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC). (2009). Main report: INGC Climate Change Report: Study on the impact of climate change on disaster risk in Mozambique. [Asante, K., Brito, R., Brundrit, G., Epstein, P., Fernandes, A., Marques, M.R., Mavume, A, Metzger, M., Patt, A., Queface, A., Sanchez del Valle, R., Tadross, M., Brito, R. (eds.)]. INGC, Mozambique

INGD. (2022): Manual de procedimentos operacionais padrão para emissão de alertas de seca e implementação dos planos de acção antecipadas. Maputo, Mozambique

INGD. (2023): Proposta de metodologia de elaboração do mapa nacional das zonas áridas e semi-áridas de Moçambique. Maputo, Mozambique

IUCN. (2021): Moçambique, Metodologia de avaliação de oportunidades de restauração. MAOR Resumo do país. 2p. Available online at: https://infoflr.org/sites/default/files/2021-01/roam_country_brief_mozambique_pt.pdf

Jansen, L., Bagnoli, M. and Focacci, M. (2008): Analysis of land-cover/use change dynamics in Manica province in Mozambique in a period of transition (1990–2004). *Forest Ecology and Management* 254: 308–326.

MICOA. (2002): Plano de Acção Nacional de Combate à Seca e à Desertificação. Document available at: <https://www.unccd.int/sites/default/files/naps/mozambique-other2002.pdf>

MITADER. (2018): Forest Landscape Restoration Opportunities Assessment: 10 Districts of Zambezia and Nampula. IUCN. x+203pp. Available online at: https://infoflr.org/sites/default/files/2020-04/forest_landscape_restoration_opportunities_assessment_-_10_districts_of_zambezia_and_nampula.pdf

Nhiuane O. (2020): Mudança no padrão de distribuição, diversidade e abundância de roedores no distrito de Limpopo : agricultura como predictor. M. Sc. Thesis in Biodiversity and Conservation Management. Faculty of Agronomy and Forestry. Eduardo Mondlane University. Maputo, Mozambique.

Republic of Mozambique. (2015): National strategy and action plan of biological diversity of Mozambique (2015-2035). Document available online at: <https://www.cbd.int/doc/world/mz/mz-nbsap-v3-en.pdf>

Republic of Mozambique. (2019): Relatório de Moçambique: Programa de Neutralidade da Degradação da Terra LDN TSP.

Republic of Mozambique. (2022) a: Mozambique Second National Communication to the United Nations Framework Convention on Climate Change. Document online available at: <https://unfccc.int/sites/default/files/resource/Mozambique%20Second%20National%20Communication.pdf>

Republic of Mozambique. (2022)b: Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA 2030). Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Maputo, Mozambique.

Ribeiro, Natasha S, Yemi Katerere, Paxie W. Chirwa, Isla M. Grundy (2020): Miombo Woodlands in a Changing Environment: Securing the Resilience and Sustainability of People and Woodlands. Springer Nature. 245p. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-50104-4>

Ryan, C.M., Hill, T., Woollen, E., Ghee, C., Mitchard, E., Cassells, G., Grace, J, Woodhouse, I.H. and Williams, M. (2011): Quantifying small-scale deforestation and forest degradation in African woodlands using radar imagery. *Global Change Biology*. 15p. DOI:10.1111/j.1365-2486.211.02551.x

Sacande M., Guarnieri L., Maniatis D., Marchi D., Martucc A., Mollicone D., Morales C., Regis Oubida R.W. & Paus Diaz A.S.. (2022): Africa Open Data for Environment, Agriculture and Land (DEAL) and Africa's Great Green Wall. Rome, FAO. <https://doi.org/10.4060/cc0725en>.

SADC (2022): Strategy for the implementation of the Great Green Wall Initiative.

Sengo. F. 2018. Impacto da mudança de uso e cobertura da terra sobre o stock de carbono do solo: estudo de caso Corredor da Beira. Master Thesis in Ecosystem Management. Eduardo Mondlane University. Maputo, Mozambique.

Schmuck, H. (2013): The Economics of Early Response and Resilience: Mozambique Country Study. Available online at: https://assets.publishing.service.gov.uk/media/57a08a2ae5274a27b2000469/61114_Mozambique_Background_Report.pdf

Simbine MGZ. (2020): Instituições informais e contribuições da natureza para as pessoas: subsídio para a conservação das florestas sagradas em Moçambique. Ph. D. Thesis. Instituto de Biologia, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, Brazil.

Sitoe A., S. Wertz-Kannounikoff, N. Ribeiro, B. Guedes, and N. Givá (2014): Community rights and participation in the face of new global interests in forests and lands: The case of Mozambique. (Chapter 21) In: *Forests under pressure - Local responses to global issues*, 32, IUFRO World Series, P. Katila, G. Galloway, W. de Jong, P. Pacheco, G. Mery (eds.), pp.345-356.

8. ANEXOS

Anexo 1: Pilares, resultados, resultados e correspondência da GGW da SADC com as áreas focais da UNCCD//pilares de investimento

PILARES	RESULTADOS #	SAÍDAS	INDICADOR
<p>GOVERNANÇA EFICAZ¹⁸</p> <p>(QUESTÕES TRANSVERSAIS PARA A UNCCD)</p> <p>GOVERNANÇA (POLÍTICA, INSTITUIÇÕES, POSSE, MONITORAMENTO, RELATÓRIOS E VERIFICAÇÃO)¹⁹</p>	#1: Aumenta a participação da sociedade civil, dos investigadores e do sector privado.	OSC/ONG, investigadores e setor privado informados e envolvidos na implementação da estratégia da GGW	Número de organizações da sociedade civil//investigadores que influenciam os processos de tomada de decisões e de elaboração de políticas
		Financiamento sustentável para a desertificação, degradação dos solos e seca (DLDD) obtido	Número de investigadores que contribuem para a política de reforma
			Número de setores privados que se comprometem a financiar atividades do GGWI
	#4: O apoio institucional e político é eficaz.	Políticas e ferramentas harmonizadas para gestão de dados em vigor	Número de medidas tomadas pelo setor privado respeitando os quadros políticos e as práticas relacionadas com o GGWI
			Número de políticas reformadas para apoiar (posse da terra, por exemplo)

¹⁸A escrita violeta são os pilares do SADG GGW

¹⁹rosa é para os Pilares da UNCCD (áreas de foco prioritárias//pilares de investimento)

PILARES	RESULTADOS #	SAÍDAS	INDICADOR
<p>RESTAURAÇÃO DE TERRENOS E GESTÃO SUSTENTÁVEL DO ECOSSISTEMA</p> <p>ECOSSISTEMAS PRODUTIVOS E RESILIENTES (TERRA E BIODIVERSIDADE)</p> <p>Restauração de terras, solos, gestão de terras, agrossilvicultura, florestas, pastagens, zonas húmidas, costeiras (Muralha Azul), planeamento do uso da terra, soluções baseadas na natureza, vida selvagem, gestão de recursos naturais</p> <p>PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA FORTALECIDA E SISTEMAS ALIMENTARES RESILIENTES</p> <p>Segurança alimentar, cadeias de valor, irrigação, comercialização, pescas, agricultura climaticamente inteligente, pecuária</p> <p>ACESSO À ENERGIA RENOVÁVEL BIOENERGIA</p>	<p># 2:A vulnerabilidade dos ecossistemas aos efeitos ou impacto das alterações climáticas é reduzida</p>	<p>Medidas para a gestão sustentável da terra e o combate à Desertificação, Degradação da Terra e Seca (DLDD) são partilhadas, promovidas e implementadas</p>	<p>implementadas para a gestão sustentável da terra (SLM) no DLDD</p>
			<p>Número e tipo de ferramentas compartilhadas para promover o SLM em DLDD</p>
	<p>#7: A área de degradação da terra na África Austral é quantificada e a extensão do custo é avaliada.</p>	<p>Vulnerabilidade dos ecossistemas reduzida</p>	<p>Número e tipo de ecossistema frágil restaurado</p>
		<p>Dados adequados sobre a extensão da degradação para informar as atividades de restauração disponíveis</p>	<p>Número de estudos realizados com consultor/ou com o Ministério do SIG responsável pelo laboratório de quantificação da degradação do solo</p> <p>Número de publicações realizadas com avaliação de custos</p>
<p>#_9: a) São estabelecidos sistemas para partilhar informações sobre diversas iniciativas e conhecimentos facilitando o networking</p>	<p>a) Estão disponíveis ferramentas de comunicação para compartilhar informações e conhecimentos</p>	<p>Número e tipos de ferramentas utilizadas para partilhar informações</p>	

PILARES	RESULTADOS #	SAÍDAS	INDICADOR
	#_9: b) As melhores práticas e abordagens são integradas na gestão sustentável da terra (agricultura, água e vida selvagem, e restauração em toda a região).	b)Melhores práticas em diversas temáticas (agricultura, água e vida selvagem; e restauração) implementadas em toda a região integradas	Número e tipo de melhores práticas implementadas
INVESTIMENTO E INOVAÇÃO	#1: Aumenta a participação da sociedade civil, dos investigadores e do sector privado.	Financiamento sustentável para a desertificação, degradação dos solos e seca (DLDD) obtido	Número de organizações da sociedade civil e /ou investigadores que mobilizam fundos com base na estratégia GGWI
	#_6: As sinergias com outros Acordos Ambientais Multilaterais (MEAs) e processos são melhoradas.	Financiamento sustentável para a desertificação, degradação dos solos e seca (DLDD) obtido	Número de processos desenvolvidos com MEAs (aumentando os existentes)
			Quantidade de fundos mobilizados
#_9: a) Sistemas são estabelecidos para partilhar informações e conhecimentos facilitando o networking	Sistema de monitoramento e avaliação em vigor	Número e tipos de sistemas/ferramentas partilhadas entre os países da SADC para acompanhar o progresso	
		Número e tipos de informações/conhecimentos compartilhados	
COMUNIDADE E INFRAESTRUTURA RESILIENTES AO CLIMA INFRAESTRUTURA VERDE RESILIENTE AO CLIMA	#_2: A vulnerabilidade dos ecossistemas aos efeitos ou impacto das alterações climáticas é reduzida	Medidas para gestão sustentável da terra e combate ao DLDD partilhadas, promovidas e implementadas	Número de infra-estruturas construídas para aumentar a resiliência das comunidades
			Número e tipo de SLM implementados (reduzindo a

PILARES	RESULTADOS #	SAÍDAS	INDICADOR
<p>DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DE NEGÓCIOS TRANSFORMADORES</p> <p>Meios de subsistência versus criação de riqueza, empregos verdes, ecoturismo, comunidades equitativas e resilientes, gestão de resíduos e economia circular, desenvolvimento do setor privado</p>			vulnerabilidade do ecossistema: terras secas semi-áridas, degradadas...)
		Vulnerabilidade dos ecossistemas reduzida	Número e tipo de ecossistema frágil restaurado
	#_3: A resiliência das comunidades aumenta contra o impacto das alterações climáticas.	Esquemas de incentivos sustentáveis a nível comunitário em vigor Gestão integrada e sustentável da terra (agricultura, água e vida selvagem) e iniciativas de restauração eficazes	Número e tipo de incentivos implementados a nível comunitário
	#_5: Os meios de subsistência das pessoas são diversificados e melhorados.	Gestão integrada e sustentável da terra (agricultura, água e vida selvagem) e iniciativas de restauração eficazes	Número de tipos de SLM implementados com sucesso (agricultura, água, energia....)
			Número de famílias/população com atividades de subsistência diversificadas e bem-sucedidas do GGWI
			Os números sobre a renda aumentaram (usando SLM melhorado)
	#8 A gestão do risco de seca está operacional, com sistemas de alerta precoce e programas de redes de segurança em vigor.	Programas de rede de segurança protegidos	Número e tipo de ferramentas existentes para a gestão do risco de seca
Número e tipo de sistema de alerta precoce em vigor			

PILARES	RESULTADOS #	SAÍDAS	INDICADOR
			Número de programas de redes de segurança em vigor
CONSTRUÇÃO DE CAPACIDADE	Válido para cada resultado que requer capacitação	Válido para cada produto que requer capacitação	Número e tipo de capacitação realizada em diversas temáticas

Anexo 2: Ideias de Projectos de Moçambique para a UNCCD

Workshop de Envolvimento das Partes Interessadas e Capacitação da GGWI SADC

2 a 4 de agosto de 2022

País:	Moçambique
<p>Narrativa – nossa história:</p> <p>Moçambique é um país que já enfrenta os impactos adversos das alterações climáticas globais e face às grandes vulnerabilidades socioeconómicas nacionais, as perdas e danos associados aos eventos climáticos extremos estão a gerar dificuldades e desafios adicionais ao desenvolvimento do país e a luta contra a pobreza extrema. Isto deveu-se à degradação das florestas e dos solos, que levou à insegurança alimentar, à perda de biodiversidade, à redução da disponibilidade de água limpa e potável e ao aumento da vulnerabilidade aos choques e impactos das alterações climáticas.</p> <p>Enquadramento jurídico</p> <p>Os Pilares propostos estão alinhados com o quadro jurídico e político que orienta a gestão florestal, terrestre e hídrica e a gestão do risco de desastres em Moçambique, nomeadamente:</p> <p>Visão Moçambique 2063</p> <p>O país está a implementar a Visão de Moçambique 2063 que visa alcançar um Moçambique inclusivo e autossuficiente. As ideias do projecto proposto visam aumentar a produtividade e a comercialização da agricultura, procurando alcançar um desenvolvimento inclusivo e, ao mesmo tempo, equilibrar a sustentabilidade ambiental.</p> <p>Constituição da República aprovada em 2004</p> <p>O programa apoiará a Constituição da República (2004), que estabelece princípios fundamentais para o uso racional dos recursos, para a prevenção de atos nocivos ao meio ambiente através da definição de ações concretas e da responsabilização de quem degrada o meio ambiente.</p> <p>A Política Nacional Florestal 2020</p> <p>O programa apoiará a Política Nacional de Florestas (2020), que visa atingir a meta de estabelecer 1 milhão de hectares de plantações em áreas de uso múltiplo previstas na Estratégia de Reflorestamento para estabelecer as bases de fornecimento para uma indústria florestal competitiva, criando de geração de rendimento e oportunidades de emprego para mulheres e jovens, restauração de ecossistemas florestais produtivos e protecção e integração da agricultura/florestas/pecuária nas zonas rurais. Esta política também visa controlar o desmatamento e a degradação florestal.</p> <p>A Política da Água 1995</p>	

Os programas propostos também apoiarão a implementação da Política de Águas de 1995, que promove a participação efectiva do sector florestal nos recursos hídricos, protecção, conservação e gestão de bacias hidrográficas. Os programas propostos melhorarão a gestão integrada das bacias hidrográficas, o que melhorará a disponibilidade de água nas zonas rurais e urbanas.

As Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC)

Moçambique é país signatário da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC). Tornou-se Parte do Acordo de Paris em 4 de Junho de 2018. Cumprir efectivamente o compromisso que o país assumiu no Artigo 2, parágrafo 2 do Acordo sobre "Preparar e Comunicar a Contribuição Nacionalmente Determinada", do desenvolvimento do país para uma economia verde baseada nas circunstâncias e capacidades nacionais.

Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas (ENAMMC)

Plano Diretor de Gestão de Risco de Desastres (2017-2030)

Pilares (áreas prioritárias de foco):

1. Água para todos /Água para todos

2. Agricultura/Agricultura

3. Energia /Energia

4. Infraestrutura / Infraestrutura

5. Mobilização de financiamento /Mobilização de Recursos e Financiamento Inovador

6. Capacitação /Capacitação

Ideias de projetos e fontes potenciais de financiamento

Projeto/ Programa	Regiões/países	Fonte de financiamento
<p>Nacional</p> <p>Água para todos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Melhor capacidade para gestão integrada de recursos hídricos • Infraestruturas de água, saneamento e habitação • Aumentar a capacidade de gestão de recursos hídricos • Conservação de águas pluviais em reservatórios escavados e subterrâneos principalmente no Sul <p>Agricultura</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a resiliência da agricultura e da pecuária 	<p>Nível nacional / Nível Nacional</p>	<p>Ministério das Finanças e Assuntos Económicos</p> <p>GCF; GEF; FA; IRENA; CIF; FUNDO LDN</p>

<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de práticas agrícolas de baixo carbono • Desenvolva culturas resilientes • Planeamento e gestão da biodiversidade e dos ecossistemas costeiros • Reduzir a taxa de desmatamento e queimadas descontroladas <p>Energia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Melhorar o acesso às energias renováveis • Promover a expansão da rede nacional ou a criação de microrredes de distribuição de energia • Desenvolvimento de projetos e programas para geração de microenergia em edifícios comerciais e residenciais – Aumentar a eficiência energética <ul style="list-style-type: none"> • Mobilizar fundos para financiar a transição energética • Aumentar a eficiência energética através de micro-redes de energia que elevam as comunidades ao investimento empresarial <p>Infraestrutura resiliente</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construção de infra-estruturas agro -hidráulicas em grande superfície <p>Cursos de água</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver mecanismos de resiliência para áreas urbanas e outros assentamentos • Construção de infraestruturas resilientes de estradas e barragens <p>Mobilização de Recursos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Financiamento para implementação de planos de adaptação local (PLA's) • Treinamento de pessoal sobre mudanças climáticas • Capacitação nos mercados de carbono e Artigo 6.º • Mobilizar fundos para perdas e danos • Capacitação em concepção de projetos 		
--	--	--

<ul style="list-style-type: none"> • Troca de experiências com países que implementam projetos de sucesso • Aumento da conscientização • Pesquisa e inovações 		
<p>Vários países</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estudo Conjunto na Bacia do Shire, para o controle de plantas aquáticas. • Águas Subterrâneas, já existe um plano estratégico em Moçambique e a sua implementação ainda está por ser implementada. • Milange Planícies Montain-phalombe e Bacia do Lago Chirwa. 	<p>Malawi e Moçambique</p>	<p>Ministério das Finanças e Assuntos Económicos</p> <p>IRENA; GEF, GCF, CIF</p>
<p>Regional</p> <ul style="list-style-type: none"> • Programas de Conservação e Gestão do Homem e das Reservas da Biosfera 	<p>Maláui</p> <p>Moçambique</p>	<p>Banco Mundial</p> <p>GCF</p> <p>UNESCO</p> <p>GEF</p> <p>CNUCD</p> <p>FAO</p> <p>PNUD</p>

Anexo 3: Revisão de documentos e políticas em conformidade com os Resultados do GGW da SADC

Documento	Objetivos gerais/missão/visão	Meta de Prioridades Nacionais	Alinhamentos com prioridades de Resultados Das estratégias GGW	Relevância para NAP: Sim ou não com base na conquista
Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDe) (na revisão 2015-2035)	Visão: Promover um país próspero, competitivo, sustentável, seguro e inclusivo	Objectivo: Elevar as condições de vida da população através da transformação estrutural da economia, expansão e diversificação da base produtiva	<p>Resultado 1: Aumenta a participação da sociedade civil, dos investigadores e do sector privado.</p> <p>Resultado 3: A resiliência das comunidades aumenta contra o impacto das alterações climáticas.</p> <p>Resultado 4: O apoio institucional e político é eficaz</p> <p>Resultado 5: Os meios de subsistência das pessoas são diversificados e melhorados.</p> <p>Resultado 9 (a) Sistemas são estabelecidos para partilhar informações sobre diversas iniciativas e conhecimentos, facilitando o trabalho em rede</p> <p>Resultado 9: b) As melhores práticas e abordagens são integradas na gestão sustentável da terra (agricultura, água e vida selvagem, e restauração em toda a região).</p>	Sim

Documento	Objetivos gerais/missão/visão	Meta de Prioridades Nacionais	Alinhamentos com prioridades de Resultados Das estratégias GGW	Relevância para NAP: Sim ou não com base na conquista
A Política Nacional Florestal 2020	<p>Política Nacional para Florestas (2020), tem como objetivos :</p> <p>→Alcançar a meta de estabelecer 1 milhão de hectares de plantações em áreas de uso múltiplo previstas</p> <p>→Controlar o desmatamento e a degradação florestal.</p>	Para estabelecer as bases de fornecimento para uma indústria florestal competitiva,	<p>Resultado 1: Aumenta a participação da sociedade civil, dos investigadores e do sector privado.</p> <p>Resultado 4: O apoio institucional e político é eficaz</p> <p>Resultado 6: As sinergias com outros Acordos Ambientais Multilaterais (MEAs) e processos são melhoradas</p>	Sim
		Criar oportunidades de geração de renda e emprego para mulheres e jovens,	<p>Resultado 1: Aumenta a participação da sociedade civil, dos investigadores e do sector privado.</p> <p>Resultado 2: A vulnerabilidade dos ecossistemas aos efeitos ou impacto das alterações climáticas é reduzida</p> <p>Resultado 3: A resiliência das comunidades aumenta contra o impacto das alterações climáticas.</p> <p>Resultado 4: O apoio institucional e político é eficaz</p> <p>Resultado 5: Os meios de subsistência das pessoas são diversificados e melhorados.</p>	

Documento	Objetivos gerais/missão/visão	Meta de Prioridades Nacionais	Alinhamentos com prioridades de Resultados Das estratégias GGW	Relevância para NAP: Sim ou não com base na conquista
			<p>Resultado 6: As sinergias com outros Acordos Ambientais Multilaterais (MEAs) e processos são melhoradas</p> <p>Resultado 8: A gestão do risco de seca está operacional, com sistemas de alerta precoce e programas de redes de segurança implementados.</p> <p>Resultado 9 (a) Sistemas são estabelecidos para compartilhar informações sobre diversas iniciativas e conhecimentos, facilitando o trabalho em rede</p> <p>Resultado 9: b) As melhores práticas e abordagens são integradas na gestão sustentável da terra (agricultura, água e vida selvagem, e restauração em toda a região).</p>	
		Restaurar ecossistemas florestais produtivos;	<p>Resultado 1: Aumenta a participação da sociedade civil, dos investigadores e do sector privado.</p> <p>Resultado 2: A vulnerabilidade dos ecossistemas aos efeitos ou impacto das alterações climáticas é reduzida</p>	

Documento	Objetivos gerais/missão/visão	Meta de Prioridades Nacionais	Alinhamentos com prioridades de Resultados Das estratégias GGW	Relevância para NAP: Sim ou não com base na conquista
			<p>Resultado 3: A resiliência das comunidades aumenta contra o impacto das alterações climáticas.</p> <p>Resultado 4: O apoio institucional e político é eficaz</p> <p>Resultado 5: Os meios de subsistência das pessoas são diversificados e melhorados.</p>	
		<p>Proteger e integrar a agricultura/florestas/pecuária nas zonas rurais.</p>	<p>Resultado 1: Aumenta a participação da sociedade civil, dos investigadores e do sector privado.</p> <p>Resultado 3: A resiliência das comunidades aumenta contra o impacto das alterações climáticas.</p> <p>Resultado 4: O apoio institucional e político é eficaz</p> <p>Resultado 5: Os meios de subsistência das pessoas são diversificados e melhorados.</p> <p>Resultado 9 (a) Sistemas são estabelecidos para partilhar informações sobre diversas</p>	

Documento	Objetivos gerais/missão/visão	Meta de Prioridades Nacionais	Alinhamentos com prioridades de Resultados Das estratégias GGW	Relevância para NAP: Sim ou não com base na conquista
			<p>iniciativas e conhecimentos, facilitando o trabalho em rede</p> <p>Resultado 9: b) As melhores práticas e abordagens são integradas na gestão sustentável da terra (agricultura, água e vida selvagem, e restauração em toda a região).</p>	
Definição de meta de neutralidade de degradação do solo (LDN)	O LDN é alcançado em 2030 face a 2015 (sem perda líquida) e pelo menos 5% do território nacional “melhora” (ganho líquido).	Fornecer uma plataforma de coordenação para reduzir a degradação da terra e promover a gestão sustentável da terra	<p>Resultado 1: Aumenta a participação da sociedade civil, dos investigadores e do sector privado.</p> <p>Resultado 2: A vulnerabilidade dos ecossistemas aos efeitos ou impacto das alterações climáticas é reduzida</p> <p>Resultado 3: A resiliência das comunidades aumenta contra o impacto das alterações climáticas.</p> <p>Resultado 4: O apoio institucional e político é eficaz</p> <p>Resultado 5: Os meios de subsistência das pessoas são diversificados e melhorados.</p> <p>Resultado 6: As sinergias com outros Acordos Ambientais Multilaterais (MEAs) e processos são melhoradas</p>	Sim

Documento	Objetivos gerais/missão/visão	Meta de Prioridades Nacionais	Alinhamentos com prioridades de Resultados Das estratégias GGW	Relevância para NAP: Sim ou não com base na conquista
			<p>Resultado 7: A área de degradação da terra na África Austral é quantificada e a extensão do custo é avaliada.</p> <p>Resultado 8: A gestão do risco de seca está operacional, com sistemas de alerta precoce e programas de redes de segurança implementados.</p> <p>Resultado 9 (a) Sistemas são estabelecidos para compartilhar informações sobre diversas iniciativas e conhecimentos, facilitando o trabalho em rede</p> <p>Resultado 9: b) As melhores práticas e abordagens são integradas na gestão sustentável da terra (agricultura, água e vida selvagem, e restauração em toda a região).</p>	
		LDN é alcançado em 265.544,10 km ² do território (floresta, savana e áreas agrícolas) com tendência “estável” de LPD, até 2030 (sem perda líquida)	<p>Resultado 2: A vulnerabilidade dos ecossistemas aos efeitos ou impacto das alterações climáticas é reduzida</p> <p>Resultado 3: A resiliência das comunidades aumenta contra o impacto das alterações climáticas.</p>	Sim

Documento	Objetivos gerais/missão/visão	Meta de Prioridades Nacionais	Alinhamentos com prioridades de Resultados Das estratégias GGW	Relevância para NAP: Sim ou não com base na conquista
		O LDN é alcançado em 248.440,16 km ² do território (áreas florestais, cerrados e agrícolas) com tendência “crescente” no LPD, até 2030 (sem perda líquida)	Resultado 2: A vulnerabilidade dos ecossistemas aos efeitos ou impacto das alterações climáticas é reduzida Resultado 3: A resiliência das comunidades aumenta contra o impacto das alterações climáticas.	Sim
Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC 2021-2030)	Estabelecer as contribuições nacionais para reduzir as emissões de GEE e o caminho de desenvolvimento de baixo carbono, para reduzir a vulnerabilidade e aumentar a capacidade de adaptação.	Promover energias renováveis e aumentar o stock de carbono através da gestão florestal sustentável;	Resultado 2: A vulnerabilidade dos ecossistemas aos efeitos ou impacto das alterações climáticas é reduzida Resultado 3: A resiliência das comunidades aumenta contra o impacto das alterações climáticas. Resultado 5: Os meios de subsistência das pessoas são diversificados e melhorados.	Sim
		Estabelecimento e implementação de um sistema integrado de alerta precoce multirrisco;	Resultado 8: A gestão do risco de seca está operacional, com sistemas de alerta precoce e programas de redes de segurança implementados.	Sim
		Aumentar a resiliência na agricultura e nas pescas;	Resultado 5: Os meios de subsistência das pessoas são diversificados e melhorados	Sim
		Aumentar a resiliência na gestão da água e do saneamento;	Resultado 2: A vulnerabilidade dos ecossistemas aos efeitos ou impacto das alterações climáticas é reduzida	Sim

Documento	Objetivos gerais/missão/visão	Meta de Prioridades Nacionais	Alinhamentos com prioridades de Resultados Das estratégias GGW	Relevância para NAP: Sim ou não com base na conquista
			Resultado 3: A resiliência das comunidades aumenta contra o impacto das alterações climáticas.	
		Melhorar a conservação da biodiversidade;	Resultado 2: A vulnerabilidade dos ecossistemas aos efeitos ou impacto das alterações climáticas é reduzida Resultado 3: A resiliência das comunidades aumenta contra o impacto das alterações climáticas.	Sim
		Reduzir a taxa de desmatamento e incêndios florestais	Resultado 2: A vulnerabilidade dos ecossistemas aos efeitos ou impacto das alterações climáticas é reduzida Resultado 3: A resiliência das comunidades aumenta contra o impacto das alterações climáticas.	Sim
		Comunicação, educação, conscientização pública e capacitação	Resultado 9 (a) Sistemas são estabelecidos para compartilhar informações sobre diversas iniciativas e conhecimentos, facilitando o trabalho em rede Resultado 9: b) As melhores práticas e abordagens são integradas na	Sim

Documento	Objetivos gerais/missão/visão	Meta de Prioridades Nacionais	Alinhamentos com prioridades de Resultados Das estratégias GGW	Relevância para NAP: Sim ou não com base na conquista
			gestão sustentável da terra (agricultura, água e vida selvagem, e restauração em toda a região).	
Estratégia Nacional de Diversidade Biológica 2015-2035.	Garantir a conservação da biodiversidade através da integração, formação, financiamento e fortalecimento de parcerias fortes entre os diferentes sectores da sociedade	Reduzir as causas diretas e indiretas da degradação e perda de biodiversidade.	Resultado 2: A vulnerabilidade dos ecossistemas aos efeitos ou impacto das alterações climáticas é reduzida	Sim
		Melhorar o estado da biodiversidade preservando a diversidade de ecossistemas, habitats, espécies e genes.	Resultado 2: A vulnerabilidade dos ecossistemas aos efeitos ou impacto das alterações climáticas é reduzida	Sim
		Melhorar a partilha de benefícios da biodiversidade e dos serviços ecossistémicos para todos os sectores da sociedade moçambicana	Resultado 2: A vulnerabilidade dos ecossistemas aos efeitos ou impacto das alterações climáticas é reduzida Resultado 3: A resiliência das comunidades aumenta contra o impacto das alterações climáticas.	Sim
		Melhorar a implementação através do planeamento participativo, gestão do conhecimento e formação	Resultado 9 (a) Sistemas são estabelecidos para partilhar informações sobre diversas iniciativas e conhecimentos, facilitando o trabalho em rede Resultado 9: b) As melhores práticas e abordagens são integradas na gestão sustentável da terra (agricultura, água e	Sim

Documento	Objetivos gerais/missão/visão	Meta de Prioridades Nacionais	Alinhamentos com prioridades de Resultados Das estratégias GGW	Relevância para NAP: Sim ou não com base na conquista
			vida selvagem, e restauração em toda a região).	
Plano Nacional de Adaptação (PAN 2023)	Estabelecer directrizes de acção para criar resiliência, incluindo a redução dos riscos climáticos nas comunidades e na economia nacional e para promover o desenvolvimento de baixo carbono e a economia verde através da sua integração no processo de planeamento sectorial e local	Criar um ambiente propício para facilitar a integração da adaptação no planeamento e orçamentação;	Resultado 4: O apoio institucional e político é eficaz	Sim
		Melhorar o conhecimento e a capacidade de gerir e partilhar dados e informações, aceder à tecnologia e adaptar-se ao financiamento;	Resultado 9 (a) Sistemas são estabelecidos para partilhar informações sobre diversas iniciativas e conhecimentos, facilitando o trabalho em rede Resultado 9: b) As melhores práticas e abordagens são integradas na gestão sustentável da terra (agricultura, água e vida selvagem, e restauração em toda a região).	Sim
		Implementar ações de adaptação para maior resiliência dos mais vulneráveis	Resultado 2: A vulnerabilidade dos ecossistemas aos efeitos ou impacto das alterações climáticas é reduzida Resultado 3: A resiliência das comunidades aumenta contra o impacto das alterações climáticas.	Sim

Documento	Objetivos gerais/missão/visão	Meta de Prioridades Nacionais	Alinhamentos com prioridades de Resultados Das estratégias GGW	Relevância para NAP: Sim ou não com base na conquista
			Resultado 4: O apoio institucional e político é eficaz Resultado 5: Os meios de subsistência das pessoas são diversificados e melhorados.	
Estratégia Nacional de Gestão de Recursos Hídricos	Promover sistemas integrados de gestão da água, incluindo a construção de infra-estruturas resilientes às alterações climáticas para a mitigação de secas e inundações, e promover o acesso à água potável e ao saneamento.	Estabelecimento de infra-estruturas de gestão da água;	Resultado 2: A vulnerabilidade dos ecossistemas aos efeitos ou impacto das alterações climáticas é reduzida Resultado 3: A resiliência das comunidades aumenta contra o impacto das alterações climáticas. Resultado 5: Os meios de subsistência das pessoas são diversificados e melhorados.	Sim
		Abastecimento de água e saneamento em áreas rurais urbanas e periurbanas;	Resultado 3: A resiliência das comunidades aumenta contra o impacto das alterações climáticas. Resultado 5: Os meios de subsistência das pessoas são diversificados e melhorados.	Sim

Documento	Objetivos gerais/missão/visão	Meta de Prioridades Nacionais	Alinhamentos com prioridades de Resultados Das estratégias GGW	Relevância para NAP: Sim ou não com base na conquista
		Abastecimento de água para o desenvolvimento socioeconómico, incluindo irrigação, abastecimento à indústria, energia, turismo, pescas e aquicultura, navegação e desportos aquáticos.	Resultado 3: A resiliência das comunidades aumenta contra o impacto das alterações climáticas. Resultado 5: Os meios de subsistência das pessoas são diversificados e melhorados.	Sim
PEDSA 2030	Promover a transformação acelerada do Setor Agrário através de um crescimento competitivo, inclusivo e sustentável, garantindo a integração da agricultura familiar e do setor privado nas cadeias de valor produtivo	Aumentar a produção e a produtividade agrícola de forma sustentável e resiliente às alterações climáticas e às catástrofes;	Resultado 2: A vulnerabilidade dos ecossistemas aos efeitos ou impacto das alterações climáticas é reduzida Resultado 3: A resiliência das comunidades aumenta contra o impacto das alterações climáticas. Resultado 5: Os meios de subsistência das pessoas são diversificados e melhorados.	Sim
		Reforçar e facilitar o acesso dos produtos agrícolas ao mercado nacional, regional e internacional, de forma inclusiva e competitiva, maximizando o envolvimento inclusivo do sector privado;	Resultado 2: A vulnerabilidade dos ecossistemas aos efeitos ou impacto das alterações climáticas é reduzida Resultado 3: A resiliência das comunidades aumenta contra o impacto das alterações climáticas. Resultado 4: O apoio institucional e político é eficaz	Sim

Documento	Objetivos gerais/missão/visão	Meta de Prioridades Nacionais	Alinhamentos com prioridades de Resultados Das estratégias GGW	Relevância para NAP: Sim ou não com base na conquista
			Resultado 5: Os meios de subsistência das pessoas são diversificados e melhorados.	
		Promover a gestão integrada, sustentável e resiliente dos recursos naturais;	Resultado 2: A vulnerabilidade dos ecossistemas aos efeitos ou impacto das alterações climáticas é reduzida Resultado 3: A resiliência das comunidades aumenta contra o impacto das alterações climáticas.	Sim
		Reforçar a eficiência e eficácia das instituições agrárias públicas e privadas e da sociedade civil no desempenho dos seus papéis no desenvolvimento do Sector Agrário.	Resultado 4: O apoio institucional e político é eficaz	Sim
Estratégia de desenvolvimento de energias novas e renováveis 2011-2025	O EDENR visa promover as energias renováveis, incluindo a energia hidroeléctrica, a energia solar, a energia eólica, a energia geotérmica, a energia oceânica e a cogeração com resíduos orgânicos.	A Estratégia On-grid (EDENR-ER) para aumentar a capacidade eléctrica da rede nacional.	Resultado 2: A vulnerabilidade dos ecossistemas aos efeitos ou impacto das alterações climáticas é reduzida Resultado 3: A resiliência das comunidades aumenta contra o impacto das alterações climáticas. Resultado 5: Os meios de subsistência das pessoas são diversificados e melhorados.	Sim

Documento	Objetivos gerais/missão/visão	Meta de Prioridades Nacionais	Alinhamentos com prioridades de Resultados Das estratégias GGW	Relevância para NAP: Sim ou não com base na conquista
		O Off-grid (EDENR-FR) aplica-se ao fornecimento de energia em Sistemas Energéticos Isolados (EIS), e foi concebido para acomodar um mix de fontes de energia que se complementam, com diferentes qualidades e magnitudes, para garantir custo mínimo e máximo acesso.	Resultado 2: A vulnerabilidade dos ecossistemas aos efeitos ou impacto das alterações climáticas é reduzida Resultado 3: A resiliência das comunidades aumenta contra o impacto das alterações climáticas. Resultado 5: Os meios de subsistência das pessoas são diversificados e melhorados.	Sim
Política Nacional de Gestão de Risco de Desastres	Estabelecer o quadro jurídico para a gestão do risco de catástrofes que abrange a redução do risco de catástrofes, a recuperação sustentável para construir a resiliência humana, infra-estrutural e dos ecossistemas, bem como a adaptação às alterações climáticas.	prevenir a perda de vidas humanas e a destruição de bens causadas por catástrofes naturais ou provocadas pelo homem;	Resultado 2: A vulnerabilidade dos ecossistemas aos efeitos ou impacto das alterações climáticas é reduzida Resultado 3: A resiliência das comunidades aumenta contra o impacto das alterações climáticas. Resultado 5: Os meios de subsistência das pessoas são diversificados e melhorados.	Sim
		Incorporação da prevenção de desastres no processo global de desenvolvimento nacional;	Resultado 8: A gestão do risco de seca está operacional, com sistemas de alerta precoce e programas de redes de segurança implementados.	

Documento	Objetivos gerais/missão/visão	Meta de Prioridades Nacionais	Alinhamentos com prioridades de Resultados Das estratégias GGW	Relevância para NAP: Sim ou não com base na conquista
		Promoção da solidariedade interna e externa, em caso de calamidades;	Resultado 6: As sinergias com outros Acordos Ambientais Multilaterais (MEAs) e processos são melhoradas	
		Garantir a coordenação e participação eficazes do sector público e privado na gestão de catástrofes;	Resultado 4: O apoio institucional e político é eficaz Resultado 8: A gestão do risco de seca está operacional, com sistemas de alerta precoce e programas de redes de segurança implementados.	Sim
		Contribuição para a conservação e preservação do meio ambiente;	Resultado 2: A vulnerabilidade dos ecossistemas aos efeitos ou impacto das alterações climáticas é reduzida Resultado 3: A resiliência das comunidades aumenta contra o impacto das alterações climáticas. Resultado 5: Os meios de subsistência das pessoas são diversificados e melhorados.	Sim
		Promoção da coordenação regional ou internacional na gestão de catástrofes, especialmente aquelas cujas causas têm origem em países vizinhos	Resultado 2: A vulnerabilidade dos ecossistemas aos efeitos ou impacto das alterações climáticas é reduzida Resultado 6: As sinergias com outros Acordos Ambientais Multilaterais (MEAs) e processos são melhoradas	Sim

Documento	Objetivos gerais/missão/visão	Meta de Prioridades Nacionais	Alinhamentos com prioridades de Resultados Das estratégias GGW	Relevância para NAP: Sim ou não com base na conquista
			<p>Resultado 7: A área de degradação da terra na África Austral é quantificada e a extensão do custo é avaliada.</p> <p>Resultado 9 (a) Sistemas são estabelecidos para compartilhar informações sobre diversas iniciativas e conhecimentos, facilitando o trabalho em rede</p>	
Política e Estratégia Nacional para o desenvolvimento integrado de zonas áridas e semiáridas (em preparação)	Promover uma política integrada, inclusiva, sustentável e resiliente para zonas áridas e semiáridas	Desenhar mecanismos de governação local e gestão integrada de zonas áridas e semiáridas;	Resultado 1: Aumenta a participação da sociedade civil, dos investigadores e do sector privado.	Sim
		Promover fontes alternativas de rendimento e técnicas agrícolas inovadoras, sustentáveis e resilientes;	<p>Resultado 2: A vulnerabilidade dos ecossistemas aos efeitos ou impacto das alterações climáticas é reduzida</p> <p>Resultado 3: A resiliência das comunidades aumenta contra o impacto das alterações climáticas.</p> <p>Resultado 5: Os meios de subsistência das pessoas são diversificados e melhorados.</p>	Sim

Documento	Objetivos gerais/missão/visão	Meta de Prioridades Nacionais	Alinhamentos com prioridades de Resultados Das estratégias GGW	Relevância para NAP: Sim ou não com base na conquista
		Estimular a gestão racional e sustentável da água e de outros recursos naturais;	Resultado 2: A vulnerabilidade dos ecossistemas aos efeitos ou impacto das alterações climáticas é reduzida Resultado 3: A resiliência das comunidades aumenta contra o impacto das alterações climáticas. Resultado 5: Os meios de subsistência das pessoas são diversificados e melhorados.	Sim
		Garantir a integração das salvaguardas socioambientais e da redução dos riscos climáticos nas iniciativas de desenvolvimento rural.	Resultado 2: A vulnerabilidade dos ecossistemas aos efeitos ou impacto das alterações climáticas é reduzida Resultado 3: A resiliência das comunidades aumenta contra o impacto das alterações climáticas. Resultado 5: Os meios de subsistência das pessoas são diversificados e melhorados.	Sim
Estratégia Nacional para Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+)	Promover o desenvolvimento sustentável, maior resiliência às alterações climáticas, desenvolvimento rural integrado, através de um conjunto de ações focadas nos	Alinhar e harmonizar políticas, estratégias e planos sectoriais, promovendo a apropriação e integração das alterações climáticas;	Resultado 1: Aumenta a participação da sociedade civil, dos investigadores e do sector privado. Resultado 4: O apoio institucional e político é eficaz	Sim

Documento	Objetivos gerais/missão/visão	Meta de Prioridades Nacionais	Alinhamentos com prioridades de Resultados Das estratégias GGW	Relevância para NAP: Sim ou não com base na conquista
	setores florestal, agrícola e energético.	Mobilizar recursos para a realização de atividades que resultem em maior produtividade agrícola, maior eficiência no uso de energia, recuperação de áreas degradadas e gestão, proteção e uso sustentável de florestas.	Resultado 4: O apoio institucional e político é eficaz	Sim
Plano Nacional de Desenvolvimento Territorial 2020-2040	O plano de desenvolvimento territorial defende a prevenção de riscos de origem natural e antropogénica e a salvaguarda da sustentabilidade dos ecossistemas e da biodiversidade e prevê garantir: um país resiliente e sustentável que conheça bem as zonas mais expostas aos diferentes tipos de riscos (de origem natural ou humana) e ameaças à qualidade do ambiente.			
Estratégia de Género e Mudanças Climáticas	desenvolver de forma integrada a perspectiva de género na sua vertente transversal ao sector do ambiente, com vista à melhoria da qualidade de vida	Os objetivos estratégicos são: (i) Contribuir para o empoderamento das mulheres e das comunidades locais, através do acesso a tecnologias e outras atividades para a mitigação e adaptação às	Resultado 2: A vulnerabilidade dos ecossistemas aos efeitos ou impacto das alterações climáticas é reduzida	Sim

Documento	Objetivos gerais/missão/visão	Meta de Prioridades Nacionais	Alinhamentos com prioridades de Resultados Das estratégias GGW	Relevância para NAP: Sim ou não com base na conquista
	da população, em particular das mulheres e das comunidades, através da mitigação e adaptação às alterações climáticas e da utilização sustentável dos recursos naturais .	alterações climáticas e a utilização sustentável dos recursos naturais	Resultado 3: A resiliência das comunidades aumenta contra o impacto das alterações climáticas. Resultado 5: Os meios de subsistência das pessoas são diversificados e melhorados.	
(ii) Garantir a equidade de género no processo de tomada de decisão, formação e capacitação ambiental		Resultado 4: O apoio institucional e político é eficaz	Sim	
(iii) Garantir que os planos, políticas, programas, estratégias e orçamentos promovam a equidade de género, o acesso aos recursos naturais e medidas para mitigar e adaptar-se às alterações climáticas		Resultado 4: O apoio institucional e político é eficaz	Sim	
(iv) Garantir que funcionários e técnicos de todos os sectores da transversalidade ambiental tenham uma compreensão da equidade de género e sejam capazes de contribuir para os objectivos desta estratégia		Resultado 9 (a) Sistemas são estabelecidos para partilhar informações sobre diversas iniciativas e conhecimentos, facilitando o trabalho em rede	Sim	

Anexo 4: Programas e projectos implementados em conformidade com os Resultados do GGW da SADC

Programa	Doadores/ Implementadores	Orçamento em USD	Objetivos principais	Ligação com os Objectivos/resultados da SADC	Observação/ status
da Gorongosa (PNB).	Padrões de certificação Plan Vivo		Reduzir a pressão do desmatamento na zona tampão do PIB consistiu no plantio de árvores em sistemas agroflorestais	<p>Resultado 1: Aumenta a participação da sociedade civil, dos investigadores e do sector privado.</p> <p>Resultado 2: A vulnerabilidade dos ecossistemas aos efeitos ou impacto das alterações climáticas é reduzida</p> <p>Resultado 3: A resiliência das comunidades aumenta contra o impacto das alterações climáticas.</p> <p>Resultado 4: O apoio institucional e político é eficaz</p> <p>Resultado 5: Os meios de subsistência das pessoas são diversificados e melhorados.</p> <p>Resultado 9 (a) Sistemas são estabelecidos para partilhar informações sobre diversas iniciativas e conhecimentos, facilitando o trabalho em rede</p> <p>Resultado 9: b) As melhores práticas e abordagens são integradas na gestão sustentável da terra (agricultura, água e vida selvagem, e restauração em toda a região).</p>	O programa está em andamento, mas poderia ser melhorado em regiões semiáridas e áridas
Programa de Restauração da Serra da Gorongosa	Fundação Greg Carr		Promover café cultivado à sombra consorciado com madeiras nativas	Resultado 1 a 3; 5; 9a) e 9b)	O programa está em andamento,

Programa	Doadores/ Implementadores	Orçamento em USD	Objetivos principais	Ligação com os Objectivos/resultados da SADC	Observação/ status
					mas poderia ser melhorado em regiões semiáridas e áridas
Integrado de Gestão da Paisagem da Zambézia (ZILMP)	Mecanismo de Parceria para o Carbono Florestal do Banco Mundial (FCPF).	500 milhões	<p>Promover a gestão sustentável dos recursos naturais renováveis (florestas, vida selvagem, terra e pesca)</p> <p>Melhorar os meios de subsistência, combinando investimentos no terreno, assistência técnica, trabalho analítico e financiamento baseado em resultados,</p> <p>Promover as pequenas e médias empresas ligadas à agricultura e aos recursos naturais;</p> <p>Promover a gestão sustentável dos recursos naturais (restringir a desflorestação, o comércio ilegal de madeira e vida selvagem e a degradação dos recursos)</p> <p>→ Ênfase nas mulheres e nos jovens,</p>	Resultados 1 a 5; 9a) e 9b)	O programa está em andamento, mas poderia ser melhorado em regiões semiáridas e áridas

Programa	Doadores/ Implementadores	Orçamento em USD	Objetivos principais	Ligação com os Objectivos/resultados da SADC	Observação/ status
Operações terrestres e assistência de prestadores de serviços privados.	Facilitação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS) Ministério da Terra e Ambiente (MTA) e Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER)		<p>Promoção de plantações florestais de pequena e média escala e sistemas agroflorestais com espécies nativas e exóticas</p> <p>Promoção do mecanismo de partilha de benefícios para acordo de pagamento de reduções de emissões</p> <p>→As orientações gerais de acesso aos fundos para prestadores de serviços e beneficiários do sector privado e comunidades locais foram tornadas públicas pelo FNDS.</p>	Resultados 1 a 5; 9a) e 9b)	Em andamento
REDD+: Acordo de Pagamento de Reduções de Emissões (ERPA)	Banco Mundial // Fundo de Parceria para Carbono Florestal (FCPF)		<p>Reduzir a deflorestação e a degradação da terra em nove distritos da província do Zambeze (recompensar os esforços da comunidade para reduzir as emissões de carbono, combatendo o desmatamento e a degradação florestal)</p>	Resultados 1 a 5; 9a) e 9b)	Em andamento
Programa de restauração de cajueiros	Instituto Nacional de Amêndoas		Restaurar a capacidade de produção de castanha de caju (programa nacional incluindo zonas semiáridas, uma vez que	Resultados 1-5 e 9 a) e 9b)	Em curso nas zonas semiáridas

Programa	Doadores/ Implementadores	Orçamento em USD	Objetivos principais	Ligação com os Objectivos/resultados da SADC	Observação/ status
			esta é uma cultura resistente à seca) Estabelecer uma fonte de rendimento para os produtores locais, incluindo as comunidades locais e o setor privado		
Sistemas integrados de gestão de água	BAD, INGD, ENABEL		Aumentar a capacidade de captação, armazenamento e gestão de água; Estabelecer sistemas integrados de utilização de água para uso doméstico (WASH), irrigação, pecuária	Resultados 1-5 e 9 a) e 9b)	Em andamento em zonas semiáridas

